

**FACULDADE VALE DO CRICARÉ
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA,
TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO**

LUANA EVANGELISTA LAURENT

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO
FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS EM LINHARES/ES**

**SÃO MATEUS-ES
2020**

LUANA EVANGELISTA LAURENT

FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ENSINO
FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS EM LINHARES/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré, para obtenção do título de mestre Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto

SÃO MATEUS-ES
2020

Autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na publicação

Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação

Faculdade Vale do Cricaré – São Mateus – ES

L382f

Laurent, Luana Evangelista.

Formação docente para a educação inclusiva no ensino fundamental – Séries iniciais em Linhares/ES / Luana Evangelista Laurent – São Mateus - ES, 2020.

102 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação) – Faculdade Vale do Cricaré, São Mateus - ES, 2020.

Orientação: prof^a. Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto.

1. Educação inclusiva. 2. Formação continuada. 3. Ensino fundamental – Anos iniciais. I. Barreto, Sônia Maria da Costa. II. Título.

CDD: 370.71

Sidnei Fabio da Glória Lopes, bibliotecário ES-000641/O, CRB 6ª Região – MG e ES

LUANA EVANGELISTA LAURENT

**FORMAÇÃO DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO
ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS EM LINHARES/ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Educação da Faculdade Vale do Cricaré (FVC), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência, Tecnologia e Educação, na área de concentração Ciência, Tecnologia e Educação.

Aprovada em 14 de dezembro de 2020.

COMISSÃO EXAMINADORA



Profa. Dra. Sônia Maria da Costa Barreto
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)
Orientadora



Prof. Dr. Jocitiel Dias da Silva
Faculdade Vale do Cricaré (FVC)



Prof. Dr. Keydson Quaresma Gomes
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por te me sustentado, dado força, apoio, proteção e direcionamento em todos os meus momentos.

À minha filha, Isabella, presente de Deus em minha vida, uma das minhas razões de viver, por compreender minhas ausências durante minhas aulas, se comportando todas as vezes em que ficava com sua avó e sempre quando eu chegava me recebia com um sorriso largo e um abraço apertado. Amo você mais que o infinito!

À minha rainha e mãe, por me incentivar e me apoiar em todos os momentos da minha vida. Sem ela nada seria possível. Obrigada pelo amor que tem pela minha filha, por ser um exemplo de mãe dedicada, guerreira, por entender e me apoiar sempre. Tenho certeza que está orgulhosa e feliz com mais esta minha conquista, lhe amo!

Ao meu pai, por todo carinho, amor e ensinamentos. Obrigada por me ajudar nos momentos em que precisei. Te amo.

Ao meu irmão, Ricardo, pelo carinho, incentivo e amor imensurável. Amo você!

À minha querida professora orientadora, Dr^a. Sônia Maria da Costa Barreto, pela paciência, carinho e atenção nas orientações, além de conselhos e suportes imprescindíveis. Sem suas contribuições a concretização deste trabalho seria inviável. Obrigada pelo acolhimento e pelo norte que me proporcionou as suas palavras de incentivo e ajuda foram essenciais para que chegasse até aqui.

À equipe de Professores Doutores do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação, da Faculdade Vale do Cricaré, pelos saberes e por transmitir seus conhecimentos.

Aos amigos da minha Turma de Mestrado 7, pelos compartilhamentos, trocas de aprendizados, carinho e emoções vividas. Juntos conseguimos avançar, vencer e ultrapassar todos os obstáculos. Vocês conquistaram um espaço em minha vida!

Aos funcionários da Faculdade Vale do Cricaré, pelo carinho e apoio no decorrer desse curso.

A Secretaria Municipal de Linhares/ES, por ter permitido a realização da pesquisa no município.

Aos Diretores, professores, corpo técnico e pedagógico das escolas pesquisadas, por permitirem a realização dessa pesquisa e pela atenção em todos os momentos necessários.

“Uma escola que não respeita a diversidade de seus funcionários, jamais respeitará a diferença de suas crianças”
(Rafael de Oliveira Leme).

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo evidenciar a importância do processo de formação continuada de professores no contexto escolar para lidar com alunos com necessidades especiais em sala de aula. Entendemos que o sucesso dos programas de inclusão se deve à ação pedagógica e depende principalmente das atitudes dos professores em relação à educação inclusiva, pois incluir alunos com dificuldades de aprendizagem é um grande desafio que, na maioria das vezes, ainda não ocorre na escola. O docente precisa fazer valer o direito da criança e do adolescente com necessidades especiais e buscar alternativas para incluí-los na vida escolar e social. Daí a importância de se disponibilizar para esse profissional a formação específica para que possa atuar com mais segurança. Como objeto de pesquisa de limitamos o estudo de caso no município de Linhares/ES tendo como público-alvo os professores do Ensino Fundamental – anos iniciais da rede pública municipal. A pesquisa desenvolvida caracteriza-se como exploratória de abordagem qualitativa e estudo de caso. Os resultados encontrados foram avaliados por tratamento descritivo, analisados os dados e as respostas dos questionários aplicados e das entrevistas concedidas. O resultado da pesquisa mostra que é preciso intensificar a qualificação dos professores para norteá-los ao uso de programas e metodologias de aprendizagem e interação em sala de aula para criação de um ambiente educacional harmônico e eficaz para todos os alunos, dentro das metas esperadas pelo processo de inclusão. Como Produto Final, apresentamos uma Cartilha digital e/ou impressa destinada aos professores, contendo informações e sugestões de atividades para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais do município de Linhares/ES.

Palavras-Chave: Educação Inclusiva. Formação Continuada. Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

ABSTRACT

The present study aims to highlight the importance of the process of continuing teacher education in the school context to deal with students with special needs in the classroom. We understand that the success of the inclusion programs is due to the pedagogical action and depends mainly on the teachers' attitudes towards inclusive education, as including students with learning difficulties is a great challenge that, in most cases, does not yet occur at school. The teacher needs to assert the rights of children and adolescents with special needs and seek alternatives to include them in school and social life. Hence, the importance of making specific training available to these professionals so that they can work more safely. As a research object, we limited the case study in the municipality of Linhares / ES with the target audience of elementary school teachers - early years of the municipal public school system. The developed research is characterized as exploratory of qualitative approach and case study. The results found were evaluated by descriptive treatment, data and responses from the applied questionnaires and interviews were analyzed. The result of the research shows that it is necessary to intensify the qualification of teachers to guide them to the use of programs and methodologies of learning and interaction in the classroom to create a harmonious and effective educational environment for all students, within the goals expected by the inclusion process. As a Final Product, we present a digital and / or printed booklet for teachers, containing information and suggestions for activities to serve students with special educational needs in the municipality of Linhares/ES.

Keywords: Inclusive Education. Continuing Education. Elementary School – Early Years.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AEE - Atendimento Educacional Especializado.

CEB – Câmara de Educação Básica.

CMAEE – Centro Municipal de Apoio a Educação Especial.

CNE- Conselho Nacional de Educação.

DI - Deficiência Intelectual.

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental.

FACELI - Faculdade de Ensino Superior de Linhares.

FIRJAN - Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro.

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LDB - Lei de Diretrizes e Bases.

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais.

MEC - Ministério da Educação.

MBI - Inovação Pioneira no Mundo da Tecnologia da Informação e das Comunicações.

OMS - Organização Mundial da Saúde.

ONU - Organização das Nações Unidas.

OPS - Organização Pan-Americana da Saúde.

PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola.

PDE - Plano de Desenvolvimento da Escola.

PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

PNE - Plano Nacional de Educação.

SEME - Secretaria Municipal de Educação.

UAB - Universidade Aberta do Brasil.

UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Gráfico 1: Disponibilidade de recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Gráfico 2: Participação em curso ofertado pela rede municipal de ensino de Linhares/ES para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais.

Gráfico 3: Desafios para oferecer um ensino compatível com as necessidades dos alunos que necessitam de atendimento especializado em sala de aula.

Gráfico 4: Há quantos anos está lecionando na rede municipal de Linhares/ES?

Gráfico 5: Idade dos professores.

Gráfico 6: Qual o seu nível de escolaridade?

Gráfico 7: Há quantos anos está lecionando na rede municipal de Linhares/ES?

Gráfico 8: Participação em alguma formação continuada em Educação Inclusiva para alunos com necessidades especiais, nos últimos dois anos.

Gráfico 9: As dificuldades em trabalhar com a Educação Inclusiva.

Gráfico 10: A importância de ser ofertar uma formação para trabalhar a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em sala de aula.

Gráfico 11: A importância de ser ofertar uma formação para trabalhar a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em sala de aula.

Gráfico 12: Você se sente preparado para receber alunos com necessidades especiais em classe regular?

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	17
2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: BASES LEGAIS.....	24
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE LINHARES/ES.....	32
4 NECESSIDADE FORMATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	36
4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE.....	38
4.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM LINHARES/ES.....	40
5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	45
5.1 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES.....	54
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
7. REFERÊNCIAS.....	70
APÊNDICE A - Solicitação de autorização para pesquisa	74
APÊNDICE B - Autorização para pesquisa.....	75
APÊNDICE C - Questionário direcionado a secretaria municipal de educação de Linhares/es - setor de educação especial	77
APÊNDICE D - Entrevista direcionado aos professores do ensino fundamental I anos iniciais em Linhares/ES	80
APÊNDICE E - Questionário direcionado aos professores do ensino fundamental I anos iniciais em Linhares/ES.	81
APÊNDICE F - Cartilha digital, destinada aos professores, sugerindo orientações de atividades que promovam a inclusão para melhor atender aos alunos com necessidades especiais da rede Municipal de Ensino de Linhares/ES.....	84

1 INTRODUÇÃO

Com a aprovação da Constituição da República Federativa do Brasil em 1988, foi possível a criação de leis que contemplam a criança e ao adolescente com necessidades especiais educacionais, inclusão social e demais diferenças. Assim, surgiram a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB; a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a inclusão das pessoas com deficiência e a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com necessidades especiais ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Essas leis determinam a inclusão, o acesso e a permanência da criança e do adolescente no âmbito escolar, da mesma forma que, o acesso em outros ambientes sociais.

Assim sendo, a legislação atual está voltada para atender à criança com necessidades especiais na sociedade, de forma geral. Ainda que essas leis visem a inserção no cotidiano da educação inclusiva é um desafio a se enfrentar, pelo fato de que, em algumas escolas não tem material de apoio pedagógico e nem estrutura física que possibilite mobilidade, salas de aulas equipadas para atender as diversas necessidades e principalmente docentes com formação adequada.

O professor, que também faz valer o direito da criança e do adolescente com necessidades especiais, busca caminhos que incluam esses sujeitos na vida escolar e no âmbito social. Por isso, é preciso ofertar a esse profissional, formação adequada para que atue com mais segurança no mundo inclusivo, proporcionando, a essa demanda, maiores possibilidades de mobilidade, de aprendizagem, gerando mais segurança para os seus familiares.

Superar o medo daquilo que é diferente, é um desafio que discutiremos no decorrer dessa pesquisa. Respeitar as diferenças tem a ver com a democratização do ensino, de forma que possa contribuir para a inclusão escolar e redimensionar as práticas pedagógicas, utilizadas pelos professores.

Lembrando que, uma educação inclusiva exige uma ação docente dinâmica e inovadora que vai requerer uma formação docente continuada para possibilitar o desenvolvimento do potencial dessas pessoas e lidar melhor com as suas diferenças. Um caminho que pode contribuir para a qualidade da atividade

profissional, são cursos de capacitação profissional em modalidades presencial e a distância, leituras de obras atualizadas, videoaulas com profissionais capacitados, dentre outros recursos, além de reflexão acerca dos métodos e técnicas aplicadas em sala de aula.

A Educação Especial vem romper com as barreiras das diferenças, em razão de que, a criança especial tem direito a uma educação igualitária e livre de discriminação. Toda criança tem direito a aprender e a educação precisa promover mecanismos que possibilite essa aprendizagem. A Declaração de Salamanca (1994)¹ em seu documento traz alguns pontos essenciais tais como: cada criança carrega interesses, habilidades, e necessidades de aprender de forma única.

Assim, o sistema educacional precisa articular programas de expansão e disseminação do ensino e da aprendizagem voltados para a criança especial que frequenta o espaço do ensino regular, que por sua vez, deve estar preparado para receber tal demanda e acima de tudo que contemple as especificidades desse estudante.

Outro ponto primordial para trabalhar a inclusão em nossas escolas seria a educação continuada que, não se pode esperar apenas recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), mas estimular e sugerir outras possibilidades, que possam ser desenvolvidas por meio das políticas públicas, como a capacitação profissional dos professores e outras estratégias, como a participação em eventos direcionados ao assunto.

A partir dessas considerações, a próxima questão passa a ser a formação continuada, os cursos de formação precisam romper com a ideia de uma educação comum e outra especial. Precisam sim, construir um *currículo* centrado na diversidade e voltado para a aprendizagem em sua peculiaridade.

Assim, cabe ao poder público e privado, a promoção de políticas para capacitar os professores, para que possam, com esse investimento, estimular a transgressão dos limites oferecendo atividades desafiadoras e carregadas de significado e sentido para os alunos. É preciso considerar aspectos ligados a

¹A Declaração de Salamanca/Espanha, documento elaborado na Conferência Mundial sobre Educação Especial, reuniu, em 1994, pesquisadores, estudiosos e pessoas preocupadas com a inclusão. Retrata princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais.

formação do professor, quando se trata da inclusão, pois este deve estar preparado e seguro para trabalhar com esse tipo de clientela.

A partir dessas considerações fica evidente a relevância da pesquisa, pois tem-se observado dificuldades dos professores em lidar com essa demanda. Nesse sentido, a pesquisa científica é primordial para levantar dados que apontem a real necessidade de capacitar professores para atuarem no processo de ensino/aprendizagem com mais segurança.

Tendo em vista que o presente trabalho investiga a relação entre formação continuada e o processo de inclusão do estudante com necessidades especiais do Ensino Fundamental, a metodologia de pesquisa utilizada é um estudo de caso de base qualitativa, que para Gil (2020) esse estudo explora uma situação da vida real por intermédio da investigação de fenômeno dentro do contexto do cotidiano.

A pesquisa será realizada na cidade de Linhares/ES, em 20 escolas da Rede Municipal de Ensino, localizadas na zona urbana, com todos os professores dessas escolas, por meio de questionário referente importância do processo de formação continuada de professores no contexto escolar inclusivo. Na possibilidade, também lançaremos mão de entrevistas a fim de obter mais informações e detalhes sobre o tema elencado.

A metodologia é um estudo de caso, envolvendo os professores da rede de ensino municipal do município de Linhares/ES.

Como implicação prática para esse estudo esperamos que seja dada maior atenção aos professores dos anos iniciais do município de Linhares/ES, como oferta de qualificação para melhor desempenho em se trabalhar a inclusão em sala de aula. Assim, esperamos através desse estudo, detectar possíveis dificuldades e auxiliar os professores do Ensino Fundamental – anos iniciais, na necessidade e importância da sua formação.

Assim, a presente pesquisa se propõe trazer à luz da discussão a importância de se ressaltar a formação continuada de professores dos anos iniciais no contexto escolar, para lidar com alunos possuem necessidades especiais em sala de aula, como uma necessidade vital dentro do processo de inclusão dessas crianças.

No entanto Abegglen e Hessels (2018) destacam que, embora a maioria dos professores tenda a aprovar a implementação da inclusão em salas de aula

regulares apresenta desafios consideráveis para os professores do ensino geral, que são obrigados não apenas a modificar seus métodos de ensino de acordo com as necessidades especiais de seus alunos, mas ao mesmo tempo também manter um alto padrão de realizações acadêmicas.

Dessa forma, em relação ao problema deste estudo, vem-se aqui levantar o seguinte questionamento: Os docentes do Ensino Fundamental I, anos iniciais da rede municipal de ensino de Linhares/ES estão recebendo percebem a importância da capacitação para promover a aprendizagem dos alunos com necessidades especiais?

Logo, o Objetivo Geral desse estudo é: Evidenciar a importância do processo de formação continuada de professores no contexto escolar para lidar com os alunos que possuem necessidades especiais em sala de aula.

Após a construção do Objetivo Geral delinear-se os seguintes Objetivos Específicos, a saber:

- Descrever com base na legislação, a importância da formação continuada para os professores que atuam no Ensino Fundamental – anos iniciais, da rede de ensino de Linhares/ES, a fim de melhor atender às crianças com necessidades especiais;
- Relatar como se desenvolve a educação inclusiva do Ensino Fundamental – anos iniciais da rede Municipal de Ensino de Linhares/ES;
- Elaborar uma cartilha digital, destinada aos professores, sugerindo orientações de atividades que promovam a inclusão para melhor atender aos alunos com necessidades especiais da rede Municipal de Ensino de Linhares/ES.

Dentre os desafios na prática escolar diária em salas de aula regulares que atingem aqueles que praticam a inclusão, Hegarty e Aspinall (2006) explicam que um dos mais importantes, decorre da percepção da inclusão como problema que pode ser resolvido com a introdução de adaptações técnicas ao programa de ensino.

No entanto, Van Mieghem et al (2018), ressaltam que lamentavelmente, mesmo os professores que professam uma atitude positiva em relação à inclusão não conseguem superar os problemas relacionados com a sua implementação,

devido à falta de compreensão das questões envolvidas e à falta de metodologias de ensino relevantes.

Além disso Almog e Shechtman (2007) defendem que, impulsionados pela pressão para cumprir o currículo existente, muitos professores que desejam realizar ajustes instrucionais para acomodar os alunos com necessidades especiais, por falta de qualificação profissional adequada, são incapazes de fazê-lo devido às cobranças que enfrentam. Assim, em um círculo vicioso, acabam constantemente censurados por essas falhas, tornando-se defensivos, irritados e frustrados. Daí, a necessidade de se desenvolver um estudo significativo que aborde a importância do processo de formação continuada de professores no contexto escolar para com essa demanda.

A justificativa para o desenvolvimento deste tema, é a necessidade de se fortalecer a ideia da importância da formação continuada para os professores da educação especial da rede municipal e que têm alunos com necessidades especiais em suas classes, assim como aqueles que constroem currículos para programas de treinamento de professores e ainda os que estão preocupados em revitalizar a relação central entre esses professores e seus alunos com necessidades educacionais especiais, enfatizando assim, o papel dos valores humanísticos na criação de um ambiente educacional atencioso, acolhedor e responsável para todas as crianças. De fato, uma discussão científica que põe em evidência o problema do processo de inclusão se faz pertinente, pois possibilita reflexões e redimensionamentos das práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula.

Para melhor atender ao leitor, a presente pesquisa está assim organizada: Capítulo 1: Introdução – trata do tema, dos objetivos, justificativa e metodologia, a fim de, de forma resumida, expor a pesquisa; Capítulo 2: Fundamentação Teórica – relaciona e destaca os principais autores e pesquisas relevantes ao tema, os quais me conduziram à escrita, Capítulo 3: Metodologia – descreve a metodologia: Estudo de Caso, os atores participantes e os instrumentos utilizados para a coleta de dados; Capítulo 4: Necessidade Formativa para a Educação Inclusiva – esse capítulo traz o desdobramento, importância e necessidade de formação específica do aludido tema; Capítulo 5: Apresentação dos Dados e Análise dos Resultados – consiste em apresentar, em forma de gráficos, o que nos foi demonstrado pelos autores

participantes. Em seguida, apresentamos as Considerações Finais, Referências e Apêndices.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Neste capítulo, temos o propósito de evidenciar a formação continuada e a educação inclusiva, através de estudos realizados por pesquisadores que discutem temas específicos e necessários à formação docente para a educação inclusiva e apontando para a formação do docente no município pesquisado.

O processo de inclusão caracteriza-se pelo movimento feito pela sociedade a fim de adaptar-se para poder receber em seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, capacitá-las para desempenhar os papéis na vida cotidiana. Não é uma tarefa fácil, pois muitos ainda carregam tabus com relação a sujeitos com necessidades especiais, que trazem especificidades que devem ser compreendidas e trabalhadas na sala de aula. Para incluir tais sujeitos, a sociedade precisa se adequar e se faz necessário eliminar barreiras presentes em setores públicos quanto privados.

A Declaração de Salamanca (1994) manifesta de modo explícito que a rede de ensino regular deverá disponibilizar os recursos necessários ao atendimento dos alunos com necessidades especiais: a concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração instituídos nas escolas.

Assim, entendemos que fica também expressa formalmente a inclusão de todos os alunos no ensino regular, o qual é necessário um investimento nos planos pedagógicos e na estrutura de um todo do espaço escolar, dispor de elementos para promover o sucesso de aprendizagem de todos.

Maria Aparecida Gugel formada em Direito e membro do Ministério Público do Trabalho desde 1988, escreveu um artigo (2008) sobre o tema “*A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade*”, onde aponta uma série de investigações sobre o descaso e discriminação da pessoa com deficiência, retratou o exemplo histórico do preconceito e da marginalização com o diferente, particularmente em Roma, onde era lei a morte de crianças que nasciam com alguma deficiência.

Para os romanos que viviam nesta época, o progresso relacionado à saúde consistia em retirar a vida das pessoas com alguma deficiência para que estas não

se misturassem com aquelas que nasciam saudáveis. Na Grécia, o descuido com aqueles que possuíam algum tipo de deficiência também era notável, eles eram sacrificados ou isolados da sociedade, antes da era cristã.

A cultura grega enaltecia ideal de formas físicas perfeitas, cultuava o corpo, a estética e, portanto, não aceitava quem nascia fora do padrão estipulado de beleza. Em Esparta, 4.500 a.C. toda pessoa quando nascia era analisada por anciãos que após verificar se a criança era saudável, devolvia para a família, caso esta apresentasse alguma má formação era arremessada num precipício. Nesta época as deficiências eram tidas como castigo de Deus para a sociedade e por isso eliminava-se todo indivíduo que nascia com alguma deficiência física ou mental.

A pessoa com necessidade especial era um ser sem alma que quando não era morto precisava ser sacrificado. Dessa feita, observamos a discriminação e a seleção com as crianças após o nascimento. Com o passar do tempo, a ciência nos aponta que o processo ensino-aprendizagem pode acontecer e atingir a essa demanda, antes reprimida e/ou alocada em escolas dita especiais. A sociedade e as políticas públicas também se atentam à essa necessidade, sobretudo a socialização e não o alijamento, como nos aponta a Escola Plural.

A Proposta Escola Plural pretende valorizar esse conjunto de práticas emergentes e reverter a lógica temporal que serve de eixo vertebrador de nosso Sistema Escolar excludente e seletivo. Pretende organizar o tempo de escola, de ensino-aprendizagem e de socialização, a partir de uma lógica temporal mais democrática (BRASIL, 1994, p.25).

Dessa feita, a Escola Plural – tem a incumbência de criar proposta de ensino inclusivo que transforma a educação em um lugar de liberdade no aprender espaço de democrático que garanta que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de conhecer os saberes necessários aos conteúdos curriculares, a prática das atividades sociais e inserção ao mundo do trabalho e da vida diária.

A Declaração de Salamanca (1994) fornece diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais visando refletir sobre o processo de inclusão de modo a considerar que todas as crianças mesmo as que apresentam necessidades educativas especiais tenham acesso ao ensino sem nenhum tipo de discriminação.

Para Sá (2020) a criança, os jovens e adultos precisam serem incluídos em programa de inclusão, a escola inclusiva tem a necessidade de aderir ao desenho universal de ensino. Nesse sentido a Lei 13.146, Artigos 27 Incisos III defende um projeto institucional que garante o atendimento educacional especializado e os demais serviços adaptativos. As escolas inclusivas precisam ser pautadas no modelo Escola Plural que enxergam as potencialidades ao invés da necessidade educativa especial.

Romeu Kazumi Sasaki² conhecido como o pai da inclusão no Brasil formado em Serviço Social, escritor de livros e artigos sobre a inclusão, desenvolveu um trabalho sobre a criança com necessidade especial desde 1960. Em uma entrevista ao Jornal da Câmara de São Paulo em 2013 apontou alguns desafios do sujeito com deficiência em relação a chegada e permanência na escola.

Um dos problemas diz respeito a mobilidade urbana: esse problema tem afetado principalmente as pessoas com deficiência física e as cegas, pois sua locomoção até a escola é prejudicada por calçadas e ruas esburacadas, falta de corrimão, falta de transporte escolar, falta de instalação de piso táteis outros. Esses desafios acabam por contribuir em um número grande de evasão ou até mesmo ausência nas aulas, além da formação do professor.

Porém, romper com as barreiras da exclusão é um desafio da sociedade contemporânea, nesse sentido surge um novo tipo de profissionais que tem se preocupado com a permanência desse aluno no ambiente escolar. Para Sasaki (2012) não só os professores precisam se preparar para atender esse público, mas também a equipe pedagógica e os alunos. Contudo, a educação tem o comprometimento com a formação integral, física e psíquica do sujeito e a inclusão contempla esses princípios, com a qualificação de profissionais envolvidos.

A profissionalização do ensino e da formação para o ensino constitui, portanto, um movimento quase internacional e, ao mesmo tempo, um horizonte comum para o qual convergem os dirigentes políticos da área da educação, as reformas das instituições educativas e as novas ideologias da formação e do ensino (TADIF, 2020, p.6).

²Entrevista Romeu Sasaki TV Câmara em 26/07/13.

É importante ressaltar que a educação profissional ainda é uma área nova, já que, a exigência de uma formação inicial para professor em nível de graduação só passou a ser exigida, após a Constituição de 1988. Assim, diante aos desafios da educação na contemporaneidade e com o novo perfil de alunos nativos digitais, houve uma preocupação do estado na formação continuada desses educadores.

Os recursos do FUNDEB³ (2007), destinados aos programas de formação para professor como: Programa de Alfabetização, PDE Interativo, Inclusão Digital, Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), Universidade Aberta do Brasil (UAB), programa de Formação Continuada de Professores na Educação Especial, Programa Escola Ativa - Educação no Campo tem contribuído para a formação desses profissionais.

Em sua prática, os profissionais devem-se apoiar em conhecimentos especializados e formalizados, na maioria das vezes, por intermédio das disciplinas científicas em sentido amplo, incluindo, evidentemente, as ciências naturais e aplicadas, mas também as ciências sociais e humanas, assim como as ciências da educação. Esses conhecimentos especializados devem ser adquiridos por meio de uma longa formação de alto nível, a maioria das vezes de natureza universitária ou equivalente. Essa formação é sancionada por um diploma que possibilita o acesso a um título profissional, título esse que protege um determinado território profissional contra a invasão dos não diplomados e dos outros profissionais (TADIF, 2020, p.7).

Disso decorre, que a prática profissional precisa se apoiar em conhecimentos sólidos e na educação científica, que pode se abarcada nas áreas das ciências sociais, ciências da natureza e nas ciências humanas, onde a formação inicial necessita ser constituída com diploma a nível universitário. [...] Tanto em suas bases teóricas quanto em suas consequências práticas, os conhecimentos profissionais são evolutivos e progressivos e necessitam, por conseguinte, uma formação contínua e continuada (TADIF 2020).

Há de se considerar ainda, os saberes dos professores, decorrentes da sua formação acadêmica e das experiências adquiridas na prática profissional.

Para Sasaki (2009) a inclusão é:

³ Fundo de Manutenção da Educação Básica e Valorização do Magistério.

[...] uma forma democrática de promover o ensino, é a construção de uma sociedade onde todos podem participar, também é uma forma de trazer qualidade de vida aos diferentes, mostrando que moramos em um país plural onde as diferenças é a marca da nossa identidade, em fim incluir é educar com humanidade (SASSAKI, 2009, p.1).

A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender. Com ela emergem vários questionamentos sobre o que fazer e como fazer. Em meio a essa discussão, o professor, é levado a questionar-se sobre os saberes necessários para trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais, considerando que não dispôs de formação para tal.

Na tentativa de oferecer um ensino qualificado aos alunos integrados, os professores precisam adquirir habilidades para trabalhar com todos os alunos de diferentes contextos sociais. Sendo assim, é inevitável um processo de transformação profissional, onde os professores têm a oportunidade de desenvolver habilidades numa atmosfera de colaboração e apoio mútuo, aprimorando continuamente seus conhecimentos.

Aprender a trabalhar com a inclusão é um desafio para os docentes e para a escola de modo geral, que necessitam criar meios para aprender a trabalhar com uma perspectiva de acolhimento e responsabilidade. Assim, o professor tem também a necessidade de estar sempre aberto a novos conhecimentos, que são ferramentas para desenvolver seu trabalho. O professor vai aprendendo a ensinar enfrentando cotidianamente diversas situações que lhe possibilitam construir tais ferramentas (TARDIF, 2002).

O sucesso do processo de aprendizagem depende do projeto de inclusão, com trabalho cooperativo entre o professor regular e o professor especializado que é o educador preparado para atuar com crianças com necessidades educacionais especiais, na busca de estratégias de ensino, alternativas metodológicas, ajustes e adaptações na programação e atividades.

Os planos de aula para os alunos com necessidades especiais deverão ser traçados em conjunto, visando duas etapas: a inclusiva e a de aprendizagem. De acordo com o desenvolvimento individual ou da turma, as estratégias de ensino são ajustadas de acordo com o que propõe o programa da escola e/ou série em o

professor esteja atuando. Para a mestre e doutora em Educação Maria Teresa Eglér Mantoan (2003):

A maioria dos professores tem uma visão funcional do ensino e tudo o que ameaça romper o esquema de trabalho prático que aprenderam a aplicar em suas salas de aula é inicialmente rejeitado. Também reconhecemos que inovações educacionais como a inclusão abalam a identidade profissional e o lugar conquistado pelos professores em uma dada estrutura ou sistema de ensino, atentando contra a experiência, os conhecimentos e o esforço que fizeram para adquiri-los. [...] O professor que ensina a turma toda não tem o falar, o copiar e o ditar como recursos didático-pedagógicos básicos. Ele não é um professor palestrante, identificado com a lógica de distribuição do ensino e que pratica a pedagogia unidirecional do “A para B e do A sobre B”. Como afirmou Paulo Freire, nos idos de 1978, mas aquele que partilha “com” seus alunos a construção/autoria dos conhecimentos produzidos em uma aula. O ensino expositivo foi banido da sua sala de aula, onde todos interagem e constroem ativamente conceitos, valores, atitudes. Esse professor explora os espaços educacionais com seus alunos, buscando perceber o que cada um deles consegue apreender do que está sendo estudado e como procedem ao avançar nessa exploração (MANTOAN, 2003, p. 39).

É comum na Educação, encontrarmos profissionais que construíram uma zona de conforto e não quer deixá-la, pois tem resistência em buscar formas alternativas de ensino, onde a inclusão depende que esse profissional esteja em um processo de evolução. O ensino não pode ter uma estrutura padrão, já que os alunos não são iguais.

Dado a esse contexto, Mantoan (2003) cita Freire quando fala do saber social e das práticas de ensino: aluno tem história e essa precisa fazer parte da construção da aprendizagem curricular, não se pode ensinar apenas com a educação programática, é preciso ensinar a educação para a vida, pois esse sujeito do ensino também é um sujeito social que precisa aprender valores, normas, ética, aprender sobre sua cultura e os problemas do Brasil e do mundo.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social - alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal (MANTOAN, 2003, p. 16).

O Brasil tem um agravante com relação a evasão e ao fracasso escolar e para Mantoan (2003), esse problema tem relação com: marginalização, insucesso

escolar, baixo-estima, conflitos familiares, vítimas do autoritarismo do sistema tradicional, situação de pobreza e miséria, auto índice de repetência, expulsões, sendo que alguns desses conflitos são comuns nas escolas.

Entretanto, a autora ora citada, apresenta uma solução que pode reverter esse cenário – é dividir esse fracasso que até o momento fica atribuída apenas ao aluno. O sistema de ensino precisa tomar essa parcela de culpa e admitir que alguma coisa falhou como por exemplo: sistema de planejamento pedagógico ineficiente, proposta de ensino que não condiz com a realidade do aluno, falta de suporte tecnológico para auxiliar as aulas do professor, falta de educação continuada dos professores e demais profissionais envolvidos no ensino, falta de diálogo junto as famílias, alunos, dentre outros.

Estou convicta de que todos nós, professores, sabemos que é preciso expulsar a exclusão de nossas escolas e mesmo de fora delas e que os desafios são necessários, a fim de que possamos avançar, progredir, evoluir em nossos empreendimentos. É fácil receber os “alunos que aprendem apesar da escola” e é mais fácil ainda encaminhar, para as classes e escolas especiais, os que têm dificuldades de aprendizagem e, sendo ou não deficientes, para os programas de reforço e aceleração (MANTOAN, 2003, p. 17).

E ainda reforça que precisamos expulsar a exclusão da escola e da sociedade e esse é um desafio da contemporaneidade, a evolução da educação depende da quebra dessa barreira. Receber alunos com facilidade de aprender; enviar alunos com ou sem deficiência para as classes especiais, porque apresentam dificuldades na aprendizagem é compreensível. Acontece, que válvulas de escape não são respostas aos desafios da educação, é necessária mudança na estrutura organizacional das instituições de ensino, mudança de pensamento, de comportamento e de atitudes.

Embora que o discurso da inclusão seja um tema novo, precisamos disseminar para que mais pessoas abracem essa causa, a inclusão visa incluir os excluídos e valorizar as diferenças. Vale lembrar que a proposta educacional que carrega dimensões éticas conservadoras defende o ideal de tolerância e respeito ao outro. Assim, Mantoan (2003) acredita que a deficiência não é fixa no indivíduo, é preciso que esse sujeito consiga evoluir. Nesse sentido as ações educativas precisam contemplar as diferenças no sentido de mostrar que a deficiência de

ordem física ou intelectual não são impedimentos para a aprendizagem dos conteúdos educacionais ou do conhecimento social do sujeito.

Uma das maiores barreiras para se mudar a educação é a ausência de desafios, ou melhor, a neutralização de todos os desequilíbrios que eles podem provocar na nossa velha forma de ensinar. E, por incrível que pareça, essa neutralização vem do próprio sistema educacional que se propõe a se modificar, que está investindo na inovação, nas reformas do ensino para melhorar a sua qualidade (MANTOAN, 2003, p. 25).

Temos que ter cuidado com a acomodação, por mais que seja difícil acreditar, ainda tem escolas resistentes às mudanças e persistem em um modelo arcaico e defasado de ensino que pode trazer impacto no processo de inclusão, em razão de que, incluir é procurar maneiras diferentes de ensinar conforme as necessidades de cada um. Precisamos revolucionar o nosso sistema de ensino, no sentido de trazer uma educação humanizada e democrática que contemple a todos, de forma indiscriminada.

Portanto, é preciso buscar caminhos que possa melhor a vida do sujeito, eliminando a padronização, visando o respeito, o diálogo, o espírito solidário com proposta democrática que possibilite a aprendizagem sem restrições, a capacitação do professor e a valorização do magistério. Recebemos crianças especiais na escola, e ocorre que às vezes, não sabemos como proceder, mas precisamos ressignificar e trazer um ensino includente, o que nos faz afirmar a necessidade de formação continuada a esses profissionais.

2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: BASE LEGAL

Incluir a criança com necessidade especial depende de um olhar diferenciado e alternativas metodológicas diferenciadas, de modo a promover o acesso e a permanência de todas as crianças de todos os sujeitos na escola, em conformidade com a legislação atual na qual iremos abordá-la, posteriormente. Nesse contexto, o que buscamos é uma educação inclusiva e igualitária que tenha compromisso com as minorias, cujo grupo inclui a criança com necessidades especiais.

Cada aluno na sala de aula apresenta características próprias e um conjunto de valores e informações que os tornam únicos e especiais, constituindo uma diversidade de interesses e ritmos de aprendizagem em escalas diferentes. A

educação inclusiva foi abarcada nos Artigos 05 e nos 208 incisos III da Constituição (1988), que apontam para o atendimento à educação especializada.

Também a Lei 7.611 de 2011 dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências, no que reza o Artigo 1º:

- I - Garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades;
- II - Aprendizado ao longo de toda a vida;
- III - não exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência;
- IV - Garantia de ensino fundamental gratuito e compulsório, asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais;
- V - Oferta de apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação;
- VI - Adoção de medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena (BRASIL, 2011, p.1).

O estado garante um sistema educacional inclusivo aos cidadãos sem qualquer tipo de discriminação, dando igualdade de oportunidades, ou seja, a criança assistida na educação básica precisa ter uma educação que contemple suas limitações. Para isso o educador precisa fazer um planejamento diferenciado visando as adaptações de acordo com as necessidades individuais. Outro ponto que é preciso ser observado no Inciso V é o trabalho com a construção social desse aluno de forma que ele se sinta inserido na vida em sociedade.

A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, conforme o seu Artigo 3º:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990; p.1).

O referido artigo trata dos direitos fundamentais da pessoa humana e tem uma menção na Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu Inciso III – esse princípio veio para dar proteção integral e promover a oportunidade e facilidades de um desenvolvimento integral das potencialidades físicas e mentais da criança e do adolescente. Ainda o Parágrafo 1ª dessa lei enfatiza que os direitos

anunciados nesta Constituição são para todas as crianças e adolescentes sem distinção de idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia.

Também não se pode deixar de citar a Lei 13.146 de 6 de julho de 2015 que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Art. 2º - Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, [...] (BRASIL, 2015).

Nesses termos o Inciso 1º da Lei 13.146 determina que a avaliação da deficiência se dá por exame biopsicossocial que só pode ser realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar que precisa considerar no exame quatro aspectos:

- I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo
- II os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais;
- III - a limitação no desempenho de atividades;
- IV - a restrição de participação. (BRASIL 2015).

O Inciso 2º atribui ao Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência.

Seguindo a mesma lei – o Art. 27 garante o direito a educação da pessoa com deficiência assegurando um sistema educacional inclusivo em todas as etapas da educação básica, bem como, a os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Entretanto, a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, em seu Artigo 2º, as alíneas a seguir, determinam:

- I - Na área da educação:
 - a) a inclusão, no sistema educacional, da Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
 - b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;

- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;
- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino; (BRASIL, 1989, p.1).

Face à legislação ora abordada, a inclusão no sistema educacional e em toda educação básica a educação especial como modalidade de ensino, visa prestar um atendimento especificado, essa inclusão não será um direito somente dos alunos de escolas públicas, mas também aos estudantes do sistema de ensino privado.

Ainda estabelece a educação especial nos sistemas hospitalares às crianças em processo de internação por um prazo igual ou superior a um ano. De igual modo a lei determina que a criança especial seja assistida com os benefícios conferidos aos demais alunos: material escolar, merenda e bolsa de estudos.

Considerando a Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência motora ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Em se tratar de educação a lei da acessibilidade veio para romper com os impedimentos do acesso e permanência da criança deficiente a escola. Uma vez que não basta matricular esse aluno é preciso da assistência para que ele permaneça em todas etapas da educação básica.

Assim, entendemos que a acessibilidade é poder transitar nos espaços públicos urbanos de uma forma segura, e ter liberdade e autonomia, mas para isso o poder público e privado precisa incluir no programa de inclusão as barreiras urbanísticas, arquitetônicas, e fazer adaptação no mobiliário, equipamentos que envolvem os transportes urbanos, edificações, sistema de comunicação, tecnológico e outros. E ainda: romper com as barreiras no que diz respeito aos entraves, obstáculos, comportamento que possa impedir a participação social, a liberdade no movimento de expressão e a comunicação, o acesso a informação dentre outros.

E com relação a aprendizagem escolar da pessoa deficiente visual, o Artigo 2º da Lei 10.098/2000 assegura que essa pessoa precisa ser integrada pela comunicação que é importante ferramenta de inclusão, dessa forma, é obrigação do estado promover o ensino que contemple a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), o acesso ao sistema de sinalização ou de comunicação tátil textos Brailles, do mesmo jeito que, o uso a linguagem simples oral e escrita e o uso dos dispositivos multimídias disponíveis.

3 METODOLOGIA

Este estudo aborda a questão da educação continuada para os profissionais que lidam com a inclusão de crianças com dificuldades especiais no contexto escolar inclusivo. Assim utilizamos fontes bibliográficas de autores como: Romeu Kazumi Sasaki (2009), Maria Teresa Eglér Mantoan (2003) e Maurice Tardif (2020) dentre outros.

A pesquisa foi realizada nas 20 escolas da zona urbana da rede municipal de ensino do município de Linhares/ES, o município conta com 66 escolas para atenderem o Ensino Fundamental I e II. Dessas escolas, 46 ficam localizadas na zona rural e 20 na zona urbana da cidade. Os sujeitos da pesquisa são professores que atuam no Ensino Fundamental I. Tendo em vista o atual contexto da epidemia da Covid19 e o processo de distanciamento social que ela exige, as aulas remotas estão sendo utilizadas e estão sendo acatados os protocolos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Dessa forma, os questionários foram enviados a 543 professores da rede municipal de ensino através do *Google Forms*. Os 63 questionários respondidos pelos professores, foram analisados e entrevistamos 16 professores que se dispuseram em participar das entrevistas.

Segundo a Inovação Pioneira no Mundo da Tecnologia da Informação e das Comunicações (MBI, 2020) a cidade de Linhares possui 66 bairros a maioria dos bairros tem escolas que contempla o Ensino Fundamental Anos Iniciais.

Desse modo, a estrutura arquitetônica das escolas localizadas na zona urbana do município é composta por um refeitório para os alunos se alimentarem, pátios, salas de aula, uma sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE, uma sala de professores, uma sala direção, uma sala de secretaria. Algumas ainda possuem sala de coordenação, uma sala supervisão pedagógica, dois banheiros de alunos (masculino e feminino), dois banheiros para professores (masculino e feminino), uma biblioteca, algumas possuem sala de laboratório de informática, uma cozinha, uma dispensa, possui a acessibilidade como corrimão, rampas, banheiros adaptados, mobílias e há dois portões de ferro que dá acesso a entrada e saída das escolas.

Em se tratar do AEE todas as escolas de Linhares têm uma sala para atender às crianças com necessidades especiais. Os atendimentos nesse ambiente são

prestados por um professor em designação temporária ou efetivo que precisa ter uma formação em curso em AEE com uma carga horária de pelo menos 120 horas ou pós-graduação na área relacionada ao cargo. Para ser atendido na sala de recurso o aluno precisa ter laudo atestado por um psicólogo ou neurologista.

As escolas do município compõem um quadro funcional de profissionais em designação temporária e efetivos. A contratação dos professores se dá por intermédio de processo seletivo por provas ou concurso público.

A pesquisa foi realizada por intermédio de um Estudo de Caso sobre a formação continuada dos professores que atuam no Ensino Fundamental I – Anos Iniciais. De acordo com Martins (2020) estudo de caso é uma estratégia metodológica da pesquisa social, esse tipo de pesquisa visa apresentar situações que envolvem seres humanos a fim de descrever, analisar, refletir e buscar compreender situações mais complexas onde não se pode medir por números.

No processo de coleta de dados, Yin (2003a) destaca haver seis fontes possíveis de evidência para estudos de caso: documentos, registros de arquivo, entrevistas, observação direta, observação participante e artefatos físicos. De fato, ressalta, força única do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma grande variedade de evidências - documentos, artefatos, entrevistas e observações. Ainda afirma que os estudos de caso não implicam o uso de um tipo particular de evidência e elas podem ser feitas usando evidências qualitativas ou quantitativas (ou ambas). Os benefícios dessas seis fontes podem ser maximizados se três princípios seguidos: o uso de múltiplas fontes de evidência; a criação de um banco de dados de estudo de caso e a manutenção de uma cadeia de evidências.

Para observar um tema real em sua especificidade, o foco é direcionado para o contexto da vida real de casos atuais. Isso significa dizer que é um método de pesquisa com investigação empírica. Entretanto, os pesquisadores analisam os fatores que contribuem para que o tema em questão, de qualquer forma, se materialize.

Com relação à análise dos dados produzidos, Hartley (2004) lembra que a coleta e a análise de dados são desenvolvidas em conjunto em um processo iterativo, o que pode ser uma força, pois permite o desenvolvimento de teorias baseadas em evidências empíricas. Além disso, uma descrição cuidadosa dos dados e o desenvolvimento de categorias nas quais colocar comportamentos ou

processos, provaram ser passos importantes no processo de análise dos dados, que poderiam então ser organizados em torno de certos tópicos, temas principais ou questões centrais e, finalmente, seriam examinados para ver até que ponto eles se encaixam ou não nas categorias esperadas.

Yin (2003a) sustenta que a análise dos dados consiste em examinar, categorizar, tabular, testar ou de outra forma recombinar ambas as evidências quantitativas e qualitativas para abordar as proposições iniciais de um estudo, uma vez que existem três estratégias analíticas gerais para analisar evidências de estudos de casos: basear-se em proposições teóricas; pensar em explicações rivais e desenvolver uma descrição de caso. Qualquer uma dessas estratégias pode ser usada na prática de cinco técnicas específicas para analisar estudos de caso: comparação de padrões, construção de explicações, análise de séries temporais, modelos lógicos e síntese de casos cruzados.

Sendo assim, a investigação é de cunho qualitativo realizada por amostragem probabilística aleatória simples, que segundo Zuzinha (2020), esse tipo de pesquisa não tem um critério pré-definido é realizada com base em sorteio. A autora retrata que nesse método o processo de amostragem assegura que todo o elemento do universo tenha a mesma possibilidade de serem selecionados.

Assim para a coleta de dados foi escolhido como instrumento, o questionário – que segundo Marconi e Lakatos (1996) define a estrutura e ordenação da pesquisa por intermédio de perguntas, que podem ser abertas a fim de obter uma resposta mais detalhada e perguntas fechadas. Essas últimas, tem a intenção de obter uma resposta sim ou não, com a vantagem de alcançar um retorno mais imediato do pesquisado. Também tem o questionário misto que possui perguntas abertas e fechadas. Para fim do tipo de questionário estruturaremos em perguntas abertas e fechadas. As perguntas serão relacionadas às metodologias aplicadas para promover a aprendizagem da criança especial.

A fim de trazer mais confiabilidade à pesquisa, foi feita entrevista com os educadores das 20 escolas, que atuam no Ensino Fundamental I anos iniciais. Essas entrevistas aconteceram da seguinte maneira: levantamos uma ficha cadastral dos profissionais com nome, e-mail e telefone. Ao fim do cadastro entramos em contato para saber quais educadores estavam dispostos a participar da realizar a entrevista. Agendamos com os educadores o dia e a hora a ser

realizada a pesquisa e assim, procedemos de acordo com as possibilidades que nos oferece o presente momento de isolamento social, tendo em vista o atual contexto da epidemia da Covid19 no mundo. O distanciamento social e as aulas remotas estão sendo utilizados, acatando os protocolos estabelecidos pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Dessa forma, foi enviado o questionário a 543 professores da rede municipal e na viabilidade, também realizamos entrevistas pelos meios de comunicação possíveis, com a utilização das tecnologias comunicacionais digitais. Trabalhamos com a quantidade de questionários devolvidos e com as entrevistas que nos forem possibilitadas.

O tipo de amostragem foi com base na aleatória simples, realizada por intermédio de um sorteio, construída com todos os professores das 20 escolas pesquisadas. O questionário foi enviado a 543 professores da rede municipal, sendo que 63 se prontificaram a respondê-lo.

Logo, enviamos questionário com perguntas abertas e fechadas utilizando o *Google Forms*. Após a devolutiva calcularemos os dados com o auxílio do *Excel* a forma de tabulação será em forma de gráficos visualizados n Capítulo 5. Contudo, o Produto Final dessa investigação resultou em uma Cartilha Digital Apêndice F, contendo informações e orientações aos professores e atividades inclusivas para alunos portadores de necessidades especiais para serem trabalhadas em sala de aula.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DE LINHARES/ES

Linhares é um município norte do estado do Espírito Santo, e a segunda mais populosa do estado e sua população, é de 173. 555 habitantes, estimada em 2019. Possui uma área de 3504 km². Limita-se, ao norte, com São Mateus, Sooretama e Jaguaré; ao sul, com Aracruz; a oeste, com Rio Bananal, Marilândia, Colatina e João Neiva, e a leste, com o Oceano Atlântico.

Mapa 1: Localização de Linhares no Espírito Santo



Fonte: Wikimedia | © OpenStreetMap

Por apresentar uma economia diversificada, contribui para que o município tenha *status* de importante no cenário para atração de investimentos. Apresenta destaque por ser o maior produtor de mamão, café e cana de açúcar e um dos maiores polos moveleiros. Além disso, Linhares ganha destaque na produção de álcool, de confecções, de petróleo e gás natural.

Linhares é conhecida mundialmente, como cidade da “água”, pois é a cidade que mais possui lagoas na América Latina, chegando à marca de 69 lagoas, dentre elas a maior do Brasil: a Lagoa Juparanã – a maior do país em volume de água doce. Possui 38 km de extensão e 3 a 7 km de largura. Sua profundidade máxima é de 20 metros e seu perímetro é de 90 km.

Na cidade se faz presente o Rio Doce, onde tem o seu encontro com o oceano Atlântico, no distrito de Regência Augusta em Linhares, além de outros rios. Também é a que possui maior número de praias em todo Espírito Santo, em um total de mais de 100 km de litoral. Destaca-se que somente em Linhares é presente 84% do total de toda água doce do Espírito Santo.

A Floresta Nacional de Goitacazes (Flora) é a maior floresta urbana do Espírito Santo e a terceira maior em extensão do Brasil (1,3 mil hectares de área verde e muitos tipos de animais silvestres). A Floresta fica no quilômetro 153 da BR 101, próximo à antiga ponte Getúlio Vargas, hoje substituída.

Criada em 1984, para proteger a fauna e a flora, a Reserva Biológica de Comboios, distante apenas 7 km da Vila de Regência Augusta. É área de desova das tartarugas gigante ou de couro (*Dermochelys coriácea*) e cabeçuda (*Carettacaretta*). Por isso, tornou-se sede de uma das bases do Projeto Tamar. Ao longo dos 37 km de praias, são observadas plantas características de restinga e

animais ameaçados de extinção, como a preguiça de coleira, o tamanduá-mirim e o ouriço caixeiro (LINHARES, 2020).

Segundo o *site* oficial “Linhares/ES”, a Unidade Municipal de Conservação de Degredo, foi criada em 2010, localizada a 62 km do centro, com 2.500 hectares de extensão. Sua vegetação de restinga abriga centenas de espécies de orquídeas e bromélias selvagens. A ocupação real do município de Linhares começou a ganhar vulto, com o início do cultivo do cacau. Com a abertura das vias de comunicação, a partir de 1937, o processo acelerou gradativamente até receber o impulso final depois do asfaltamento da BR 101, na década de 1970 (LINHARES, 2012).

Em um levantamento feito em 2015, pela consultoria Austin Rating, encomendada pela “Revista Isto É”, é uma das melhores cidades do país, considerada a quinta melhor cidade de porte médio do Brasil, levando em consideração o desenvolvimento humano e industrial. Ao todo, 475 cidades foram levadas em consideração, sendo Linhares a única cidade capixaba a aparecer no topo do *ranking* nacional.

Estudos da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN) apontam que Linhares é a 53ª cidade com melhor índice de desenvolvimento e geração de empregos do Brasil, sendo a primeira do estado no *ranking* brasileiro em 2013. Em 2019 foi considerada a cidade que mais gerou empregos diretos e indiretos até o fim do 1º. semestre, com mais de 2.500 vagas preenchidas, superando toda a região metropolitana de Vitória. Linhares é o 3º maior produtor de café do Brasil e o maior do Espírito Santo em levantamento de 2018, segundo o IBGE. O município produziu mais de 42 mil toneladas deste mesmo produto, tendo um aumento de 128% em relação aos anos anteriores tendo a maior colheita do município dos últimos 26 anos, cedendo lugar apenas aos municípios mineiros de Patrocínio (82,8 mt) e Três Pontas (43,3 mt).

Relacionado à comunicação, o município possui cinco emissoras de rádio, nove jornais e três revistas. Em 31 de julho de 1997, passou a contar com a TV Norte, uma filiada da TV Gazeta, por sua vez filiada à Rede Globo. Cobre, com a sua programação, 36 municípios da Região Norte do Estado. Desde 2003, o município conta, também, com a TVL, um canal fechado que transmite programas e propagandas locais (LINHARES, 2018).

Com relação à saúde, Linhares dispõe de um hospital da rede pública, dois hospitais da rede privada, além de unidades de saúde situadas nos bairros, que se estendem até a zona rural. O município concentra o maior número de pessoal lotado na área de saúde do Sistema Único de Saúde – SUS, no Espírito Santo.

Com relação ao ensino, a cidade conta com três instituições de ensino técnico, 18 centros de ensino superior nas modalidades presencial e a distância, dentre elas a Faculdade de Ensino Superior de Linhares - FACELI, que oferece três cursos superiores: Administração, Direito, Pedagogia. Segundo dados extraídos do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia no último censo de 2019 referente 2018 a Educação Infantil, atendida pela rede municipal de ensino, contando com 41 Centros de Educação Infantil Municipal, com atendimento de 6.187 crianças.

A taxa de escolarização de 6 a 14 é de 97,7% alunos matriculados no Ensino Fundamental da rede pública são 23.072 alunos; matrículas no Ensino Médio 5.024. Quanto aos docentes no Ensino Fundamental somam 1.131 e no Ensino Médio; e 366, estabelecimentos do Ensino Fundamental 80 e 15 Ensino Médio.

4 NECESSIDADE FORMATIVA PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A formação do professor se dá nos cursos de graduação – licenciaturas, tanto em área específica quanto no curso de Pedagogia. Vale ressaltar que, a função da educação é educar para a construção de conhecimentos, o desenvolvimento crítico e da cidadania e o desempenho da profissão com ética, responsabilidade e comprometimento.

A educação compartilha o conhecimento adquirido pela humanidade ao longo dos séculos num processo de ensino e de aprendizagem que foram evoluindo de acordo com as transformações sociais, econômicas, culturais e com a introdução da tecnologia. Entretanto, a essência do ensino permanece e se transforma a cada dia.

Ao concluir uma graduação em licenciatura o professor não está carregando todo conhecimento necessário a prática docente, é preciso buscar conhecimento ao longo da vida e se adequando às novas metodologias, daí a necessidade da formação continuada do professor. Na sala de aula, não será apenas ministrador de conteúdo, mas disseminador de conhecimento de forma ampla, para tanto precisa se aprimorar constantemente.

Mantoam (2003) afirma que o professor da educação básica se sente impotente para lidar com as diferenças. A falta de conhecimento sobre a educação inclusiva tem trazido prejuízos à aprendizagem, pois sem conhecimento sobre o processo de ensino e aprendizagem que atenda à adversidade, pode leva-lo ao fracasso em sua prática. Assim, incluir a criança com necessidade especial é promover uma educação igualitária, linear e cidadã.

Nesse cenário, a educação continuada para atender às adversidades é primordial, pois deparamos com crianças com diferentes necessidades na sala de aula e muitas vezes, sem o devido preparo, o educador, de forma involuntária, prejudica o processo de aprendizagem dessa demanda. Para isso, é um dever nobre da profissão de professor buscar estratégias diferenciadas para atender a essa modalidade. Incluir é encontrar formas de oferecer um ensino diferenciado à criança especial, seja qual for as limitações, sejam de ordem física, psíquicas ou social. Dessa forma, a inclusão

[...] implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retraçando. [...] As diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas, de gênero, enfim, a diversidade humana está sendo cada vez mais desvelada e destacada e é condição imprescindível para se entender como aprendemos e como compreendemos o mundo e a nós mesmos (MANTOAN, 2003, p. 10).

A integração veio para quebrar as barreiras das diferenças que estão presentes nas escolas, mas para incluir é preciso mudanças de atitudes. As pessoas não são iguais e suas diferenças as tornam especiais, assim o educador inclusivo precisa compreender a subjetividade humana para conseguir entender as formas que um sujeito aprende, e acima de tudo saber o que o outro precisa para aprender.

Um educador que zela pelo ensino e aprendizagem de seus alunos precisa estar preparado para os obstáculos, uma das formas de se preparar é pela educação continuada. Mantoam (2003) aponta que é preciso haver mudança de práticas, buscar compreender que ninguém aprende da mesma maneira. Um aluno que apresenta uma necessidade especial, precisa de alternativas metodológicas que alcance a sua forma de aprender dentro do seu tempo.

Para ensinar, o domínio do conteúdo específico é condição necessária, mas não suficiente. Os professores universitários enquanto profissionais, sejam os iniciantes ou os mais experientes, teriam de possuir conhecimentos, habilidades e atitudes próprias de suas tarefas e de seus compromissos (LIMA, 2015, p. 346).

Assim, para Lima o domínio de conteúdo específico à docência é essencial, mas não basta para promover a aprendizagem, uma vez que em uma sala de aula temos que ter conhecimento de mundo, de política, de economia, de religião, de artes e de como lidar com as diferenças. A educação requer mudança na forma de ensinar. Às vezes é preciso sair de metodologias comuns e reinventar novas metodologias, ao se trabalhar com a criança especial, é necessário ter um olhar da forma que ela aprende. Se o aluno só consegue escrever com a letra de forma temos que respeitar a sua limitação, porque o que importa é o conhecimento adquirido não as formas padrão de escrita.

De acordo com Silva (2014) a formação docente não garante o sucesso do educador, pois a educação carrega diferentes desafios. O papel da educação e a igualdade no aprender, dependem também da democracia, liberdade de expressão,

políticas públicas e para garantir essas conquistas temos que travar uma batalha contra o preconceito. As leis e documentos oficiais tratam da diversidade e a Declaração de Salamanca (1994) buscam os interesses da criança com necessidades educativas especiais. Estudar essa área é também uma maneira de incluir esse aluno.

Os alunos com necessidades educacionais especiais têm assegurado na Constituição de 1988, o direito à educação/escolarização realizada em classes comum e ao atendimento educacional especializado complementar ou suplementar à escolarização, aplicado, preferencialmente em salas de recursos na escola onde estejam matriculados.

Não podemos deixar de citar a afirmativa de Mantoan (2003) que diz que é preciso mudar a escola e acima de tudo o ensino. Mudar a escola significa dizer recriar o modelo educativo que atenda a todas as pessoas. Reorganizar espaços de cooperação e diálogo, solidariedade, promover o ensino crítico e artístico na escola. É preciso que haja liberdade no aprender, outro ponto é a formação de professores em buscar caminhos para o desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais e promover o seu desenvolvimento, dando-lhes oportunidades de aprendizagem por meio de recursos e serviços que ajudem a eliminar barreiras à aprendizagem, para que se sintam valorizados.

4.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA E FORMAÇÃO DOCENTE

As falas referentes à educação inclusiva vêm se propagando, investigações ainda relatam que os professores possuem dificuldade para lidar com estudantes com deficiência, devido não terem tido formação adequada para trabalhar metodologias diferenciadas com tais estudantes tais.

O papel da Inclusão é contemplar e promover o ensino para a aprendizagem dos diferentes, cuja preocupação é desenvolver a capacidade física e psíquica da criança de forma que ela se sinta acolhida e tenha liberdade no aprender. Nesse sentido, Libanêo citado por Pletsch (2020) afirma que a formação do professor influencia no desenvolvimento do aluno. Vale lembrar que, o educador tem uma responsabilidade social, o Brasil é um país heterogêneo e no ambiente escolar as

diferenças estão presentes e os cursos de formação de professores são essenciais, sobretudo expandir o trabalho com a diversidade em sua matriz curricular.

A LDB Lei 9.394 em seu Artigo 62 aponta que a formação mínima de professor para atuar nas séries iniciais do ensino fundamental.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental [...] (LDB, 1996; p 26).

Fica evidente que para atuar nos anos iniciais do Ensino Fundamental passou a ser necessário a formação em pedagogia. No entanto, essa formação não é suficiente para lidar com as demandas de conflitos dessa natureza em uma sala de aula. Por isso, o educador precisa aprimorar a sua prática com cursos de extensão, minicursos, seminários, programas de pós-graduação em especialização, mestrado e doutorado voltados para a inclusão e em especial da criança com necessidade educativa especial.

Entendemos ser fundamental pensar a escola como lócus de formação docente, pois é um espaço que possibilita a construção de mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, no ensino e na aprendizagem dos alunos, inclusive daqueles com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, e ainda abre caminhos para que o educador adicione a investigação aos seus saberes-fazeres (MIRANDA e GALVÃO FILHO, 2012; p. 17).

Entendemos, pois, que a escola é o lugar de formação e capacitação, toda mudança social, política, cultural parte da escola. O aprimoramento da prática possibilita a construir de pessoas com mente aberta e possibilidade de enxergar o diferente. Quando o educador está em constante aprimoramento de sua prática ele se torna mais humano e começa a questionar os modelos educacionais existentes que atenda os alunos, mesmo os especiais e suas peculiaridades.

Sabendo que a educação é um direito de todos, a formação continuada representa um espaço-tempo de constituição e reflexão da ação educativa. É um espaço de potencialização das práticas pedagógicas. Uma oportunidade para (re) pensar as relações de poder existentes no currículo, os mecanismos utilizados para validar os conhecimentos e os pressupostos que fundamentam quem pode ou não aprender na escola (MIRANDA; GALVÃO FILHO, 2012, p. 17).

A educação, direito de todos, estão incluídas as crianças com necessidade educativa especial. A sugestão proposta para que ocorram mudanças é a educação continuada frente estudos que apontam novos métodos, técnicas e recursos de ensino voltados para a criança especial. Um aluno com qualquer necessidade educativa especial precisa de um educador desprendido, que não tenha medo de criar e reinventar para contribuir com o ensino e a aprendizagem desse aluno.

No entendimento de Miranda e Galvão Filho (2012) é preciso trabalhar com redes de encontro de saberes, reflexão, metodologias, estratégias, assim estaremos construindo sujeitos sociais. Vivemos um mundo plural e heterogêneo, por isso, devemos buscar compreender o outro, o professor tem a responsabilidade de disseminar o conhecimento.

De acordo com Silva (2014) a escola inclusiva não incorpora metodologias tradicionais que valorizam o individualismo, o ensino precisa abraçar alternativas que contemple a todos, pois é importante o trabalho cooperativo do educador, da família e da equipe pedagógica. Dessa feita, cada um faz a sua parte onde fica nas mãos do educador o comprometimento com a educação continuada e aprimoramento de sua prática.

Visto que, muitos são os desafios existentes a serem enfrentados em uma sala de aula. É possível que o maior deles é a falta de preparo e capacitação dos professores para lidarem com essa clientela. O número de professores especialistas em Libras ou Braille, por exemplo, ainda está aquém do desejado.

Muitas escolas públicas também não têm os recursos financeiros necessários para fazer as adaptações ou comprar os equipamentos necessários às necessidades de seus alunos especiais. A educação inclusiva é mais do que necessária para permitir que todos tenham pleno acesso a uma formação escolar de qualidade. Os desafios são grandes, mas as iniciativas e a dedicação dos professores têm feito com que ela aconteça.

4.2 FORMAÇÃO DOS PROFESSORES EM LINHARES/ES

Acreditamos que a formação profissional é um processo de construção contínua e que se baseia nas ações cotidianas, além dos desafios da contemporaneidade, à formação requerida para atuar nas diferentes etapas e

modalidades da educação básica, no atendimento às características singulares de crianças e no desenvolvimento de ações inclusivas e emancipadoras dos alunos e no reconhecimento e valorização da diversidade.

Com relação à formação dos professores no município pesquisado, para a Secretaria Municipal de Educação – SEME (2020), a capacitação de professor é um desafio, pois demanda recursos do poder público. De acordo com o referido órgão gestor da política inclusiva no município de Linhares em 2019 foram ofertados 48 cursos de formação com aproximadamente 2.600 profissionais participando. O principal objetivo da formação continuada dos professores no contexto inclusivo de estudantes público alvo da educação especial é o de promover uma aprendizagem significativa e uma atividade docente eficaz, além de considerar que a formação continuada é um processo de aprimoramento constante do saber necessário à prática educacional.

No intuito de promover uma educação inclusiva, a SEME (2020) afirma que no município de Linhares/ES em 2019 foram ofertadas cinco formações voltadas para a educação especial, formando 230 educadores que atuam na rede de ensino. No nosso entendimento o município tem se preocupado com a formação e capacitação dos profissionais, levando em consideração que foram ofertados 48 cursos de capacitação de professores sendo que cinco foram destinados à área da Educação Especial com a formação de 230 profissionais.

Mantoan (2003) traz uma afirmativa que vêm de encontro ao que estamos discutindo:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. Não se trata de uma aceitação passiva do desempenho escolar, e sim de agirmos com realismo e coerência e admitirmos que as escolas existem para formar as novas gerações, e não apenas alguns de seus futuros membros, os mais capacitados e privilegiados (MANTOAN, 2003, p.34).

Na Educação Especial existem diferentes tipos de deficiência e muitas formas distintas de aprender, podemos citar a deficiência visual que carece de uma atenção voltada para o tátil, já que esses alunos não têm percepção visual. Outro exemplo é da criança surda que precisa de incentivo visual, já que não consegue

ouvir, a deficiência intelectual que demande de estímulos em diferentes áreas cerebrais para desenvolver a aprendizagem.

A inclusão no município pesquisado já é um avanço em prol da melhoria do ensino nessa modalidade, visto que esses e outros desafios estão presentes na sala de aula. Apesar de não podermos afirmar que a educação no aludido município está totalmente inclusiva, em razão de que, incluir é garantir que todas as crianças tenham acesso a aprendizagem social e educação escolar, é plausível as ações favoráveis desenvolvidas pelas políticas públicas.

Outro ponto fundamental diz respeito à Lei 3.890 de novembro de 2019 que institui a política municipal de proteção dos direitos a pessoa com transtorno do espectro autista. Algumas crianças com espectro autista têm dificuldade em socialização, concentração e ter vínculo afetivo, assim é preciso uma atenção especial com políticas de proteção ao direito pelo aprender. A secretaria de educação tem buscado alternativas de promoção do desenvolvimento dessas crianças.

Também dispõe da Lei 3.912 de 27 de dezembro de 2019 que dispõe sobre a obrigatoriedade da inclusão e reserva de vagas na rede pública municipal de educação para crianças e adolescentes com transtorno do espectro autista, e dá outras providências. De acordo com a pertinência da legislação, todos têm a responsabilidade de atribuir a mais alta prioridade política, financeira e social, aperfeiçoando seus sistemas educacionais para que se tornem aptos a incluírem as crianças, independentemente de suas diferenças ou dificuldades individuais.

Assim, estabelecer mecanismos participativos e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais é primordial, assim como garantir programas de treinamento de professores, tanto em serviço como durante a formação - focados na provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas.

Com relação a Educação Inclusiva, o município de Linhares tem implantado ações que visam à melhoria do ensino, assim por intermédio da gestora SEME há investimento em projetos de capacitação dos professores que atuam na educação. Por essa via, registrou em 2019 o quantitativo de 48 cursos de formação para educadores, dentre eles, alguns direcionados à educação especial.

Diante disso enviamos um questionário à Secretaria de Educação de Linhares/ES, para conhecer as medidas e intervenções adotadas para promover a aprendizagem da criança especial e recebemos respostas em que afirmam que a educação inclusiva requer mudanças no ensino e aprendizagem; o professor deve se preparar adequadamente por meio de processo de desenvolvimento profissional; envolver na formação inicial e continuada baseada em princípios e leis; contemplar as necessidades dos estudantes com necessidades especiais, o que consideramos relevantes tais preocupações.

É crucial a afirmação de que, a cada dia, se faz mais urgente a qualificação para se trabalhar na perspectiva da educação inclusiva. Nesse sentido o município de Linhares/ES considera importante à formação continuada de professor no contexto de estudantes público alvo da educação especial. Todos os níveis dos cursos de formação de professores devem sofrer modificações nos seus currículos, de modo que os futuros professores aprendam práticas de ensino adequadas às diferenças.

Mantoan (2003) ainda defende que os cursos de formação para o professor precisam sofrer mudanças em sua estrutura e inserir na matriz do curso a educação inclusiva, para assim, trazer uma educação que contemple as diferenças. A educação básica precisa ser inclusiva, em obediência às políticas públicas de integração do aluno à vida cotidiana. Mas para isso é preciso formação e aprimoramento do corpo docente por meio de programas de capacitação constante para os professores que compõem a rede de ensino. Ainda afirma que a escola se encheu de formalismo no sentido de se preocupar com organização curricular a detrimento ao ensino, mas para a autora a inclusão veio para romper com esse formalismo, pois para que haja inclusão é preciso haver mudanças de atitudes. Além do mais, a saída para uma educação mais justa e igualitária seria um sistema de formação de educadores, uma vez que, o conhecimento lapida o sujeito.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. (MANTOAN, 2003, p.34).

Um dos pontos essenciais retratado por Mantoan (2003) fala que na perspectiva da educação especial a inclusão é a provocação, que tem por finalidade a melhoria e qualidade do ensino nas escolas, pensado não só no aluno especial, mas naqueles que tem dificuldade de aprendizagem e vem a fracassar em sua trajetória acadêmica.

Logo, o dever da escola é formar e preparar pessoas para viver livremente, com responsabilidade social, ambiental, política. A escola também tem o dever de incluir e formar as próximas gerações de pessoas sem preconceitos, sem barreiras. Mesmo que isso tenha um preço, vale o investimento para o resgate de uma escolarização humanizada e livre da marginalização, livre de qualquer estigma.

5 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esse capítulo tem o objetivo de apresentar o resultado da pesquisa realizada, à Secretaria de Educação do Município de Linhares. Para promover essa pesquisa enviamos um questionário direcionado a Secretaria Municipal de Educação de Linhares/ES - Setor de Educação Especial. Esse questionário apresentava 11 perguntas abertas. As perguntas abordavam a implantação e implementação da educação inclusiva no município de forma mais contundente e expressiva.

De acordo com a SEME (2020) as implantações e expansão da educação inclusiva foi inserida em Linhares, após o Plano Nacional de Educação na perspectiva inclusiva.

Miranda e Galvão (2012) compreendem que a educação continuada precisa estar pautada no respeito e no convívio com as diferenças, já que a missão da educação é preparar o sujeito para uma sociedade mais justa e igualitária e que contraria todo tipo de discriminação. Assim, o município pesquisado busca uma educação para a diversidade.

Diante desses conceitos a SEME (2020) enfatiza que a inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Busca perceber e atender as necessidades educativas especiais dos estudantes público alvo da Educação Especial em salas de aulas comuns em um sistema regular de ensino inclusivo, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos. Os estudantes são acompanhados em salas de aula regular por estagiários ou monitores, alguns (os que solicitam) têm acesso à instituição de ensino através de ônibus escolares adaptados e recebem atendimento no contra turno na Sala de Recursos, assegurando assim o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os indivíduos, sem qualquer exceção.

Para atender as políticas de inclusão, o município tem investido na educação continuada dos professores, no trajeto das crianças à escola por via de ônibus escolar adaptado, monitores para a criança especial, sala de recurso dentre outras coisas. De maneira geral, é uma forma de possibilitar o desenvolvimento integral do aluno público alvo da educação especial.

Conforme assinala a Secretaria Municipal de Educação (2020) a Educação Inclusiva é muito importante, pois além de permitir o desenvolvimento

socioemocional e psicológico, a educação inclusiva promove a escolarização de maneira efetiva para a formação do cidadão autônomo, conforme apregoa Miranda e Galvão (2012, p. 17):

A Educação Básica deve ser inclusiva, no sentido de atender a uma política de integração dos alunos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos professores das diferentes etapas da Educação Básica inclua conhecimentos relativos à educação desses alunos.

A SEME (2020) afirma que no município de Linhares são atendidos 741 estudantes público alvo da Educação Especial. Contudo, podemos concluir nossa interpretação acerca da atuação do município em relação a inclusão da criança especial, afirmando que existe preocupação na aprendizagem do aluno público alvo da educação especial em se tratar do acesso e permanência na escola.

Segundo dados extraídos no *site* da Prefeitura de Linhares (2020) a Secretaria de Educação é responsável pelo planejamento, execução e gerenciamento das ações no âmbito da educação da rede de ensino, dessa feita, exerce o papel de planejar, organizar e controlar a manutenção do ensino a fim de promover o exercício da cidadania, buscando mecanismo para uma educação humanizada e igualitária.

A fim de sinalizar as opiniões dos professores envolvidos na pesquisa, apresentamos as suas opiniões, uma vez que observamos as intenções da SEME referentes ao tema abordado. Foram entrevistados 16 professores que compõem as 20 escolas da rede e lecionam no Ensino Fundamental, anos iniciais, conduzida pelo *Google Forms*, já mencionado. Dessa forma, estamos evidenciando questões e respostas dadas por 12 participantes, com referência à Questão 1:

Questão 1: Qual a importância de se ofertar uma formação para trabalhar a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em sala de aula?

“É de suma importância saber lidar com a diversidade. Importantíssima, hoje o que mais temos são escolas com rampas, e pessoal completamente sem noção! E não falo somente do professor” (Professor A).

“Direitos iguais, independente da situação da pessoa. Eles fazem parte da sociedade e precisam ser acolhidos. De suma importância, pois a inclusão existe mais precisa de suporte para ingressar e atender a demanda” (Professor B).

“O professor poderá melhorar suas metodologias de ensino para lidar com alunos que possuem necessidades especiais, irá adquirir novos conhecimentos, conseguindo assim realizar uma educação igualitária e inclusiva em sua sala de aula. A formação continuada é de grande importância principalmente quando se trata de alunos com necessidades especiais em sala de aula” (Professor C).

“É importante, pois a formação é capacitação de novos conhecimentos para desenvolver um bom trabalho em sala de aula no processo de ensino e aprendizado dos alunos com necessidades especiais” (Professor D).

“Essencial, pois mesmo com monitores em sala de aula, eles raramente possuem alguma formação para lidar com essas crianças e jovens, além disso, devemos saber quais atividades direcionar a essas crianças para que obtenham realmente algum aproveitamento” (Professor E).

“É de suma importância ofertar essa capacitação com profissionais habilitados para tal formação. É colocar alguém da educação apenas para cumprir uma carga horária. Precisa ser efetiva essa prática para que dentro das salas de aulas os alunos não sejam vítimas da exclusão” (Professor F).

“É de extrema importância para o professor, pois irá adquirir novos conhecimentos, novos métodos de ensino para lidar com o aluno que necessita de um olhar diferenciado” (Professor G).

“De total relevância” (Professor H).

“A formação possibilita aos professores maior conhecimento acerca das necessidades dos alunos especiais e suas particularidades. É importante para

atualizar novos conhecimentos, pois a cada dia surge novas situações” (Professor I).

“A fim de atender as peculiaridades de cada aluno com necessidades especiais, e necessário a instrumentalização dos professores (Professor J).

“É importantíssimo, pois ajudaria o professor a melhorar as atividades a serem aplicadas com alunos especiais e o professor iria adquirir novos conhecimentos para trabalhar a inclusão em sala de aula e na escola” (Professor K).

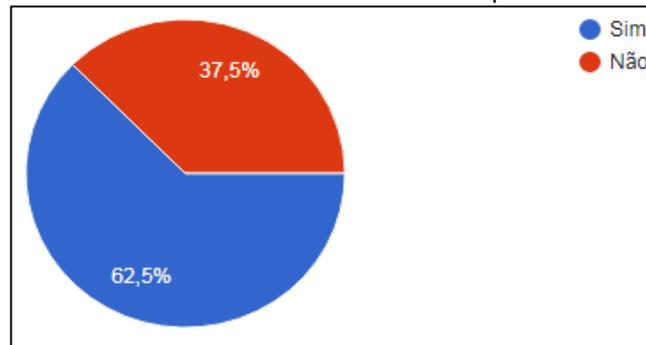
“Eu penso que é muito importante, o professor terá um melhor desempenho com os alunos e maior conhecimento sobre a inclusão de alunos com necessidades especiais” (Professor L).

As respostas dos professores, com relação à Questão 1, evidencia que os educadores acreditam que para haver inclusão é preciso investir na educação continuada, pois incluir é garantir que o aluno aprenda. Na sala de aula o professor tem responsabilidade com o ensino e aprendizagem dos conteúdos e conhecimento social.

Em uma sala de aula, as diferenças aparecem, por isso não é possível padronizar o ensino, assim o educador precisa inovar de acordo com a necessidade da turma. Para isto é preciso utilizar metodologias diversificadas, diferentes recursos e estratégias de ensino, bem como, suporte técnico pedagógico que contemple todas as crianças. Para Mantoan (2003), a diversidade é um fator preponderante no Brasil, e os educadores precisam compreender que o mundo precisa mudar, a mudança começa em cada pessoa, em suas atitudes, pensamentos.

Para seguirmos com a entrevista passamos à **Questão 2**: A escola em que você trabalha disponibiliza recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais?

Gráfico 1: Disponibilidade de recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais

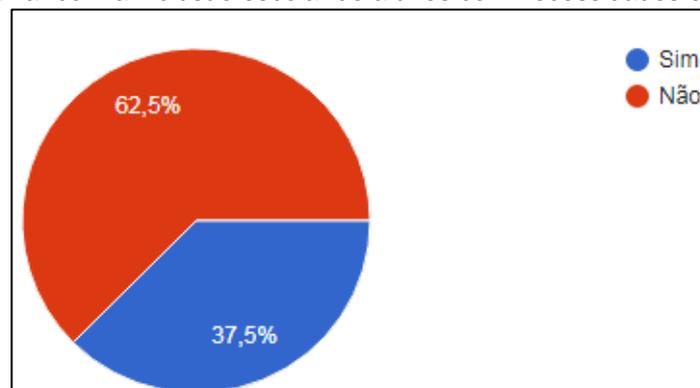


Fonte: Elaborado pela autora

Questão 2 apresenta a intenção de saber se a escola disponibiliza recursos pedagógicos aos professores. Das 20 escolas da rede foram entrevistados 16 professores: 37,5% não recebem apoio pedagógico para trabalhar com crianças com necessidade especial. Entretanto, o Gráfico 1 nos mostra que 62,5% recebem suporte pedagógico para trabalhar a inclusão. Nesse cenário, dos 16 professores pesquisados 10 tem apoio da escola para trabalhar a inclusão, e seis que não recebem, não ficou claro como esses educadores fazem para possibilitar uma educação inclusiva, pois a educação inclusiva não depende só do educador e sim de toda a comunidade escolar, além das políticas públicas e da família.

Questão 3 da entrevista é: Você já participou de algum curso fornecido pela rede municipal de ensino de Linhares/ES para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais?

Gráfico 2: Participação em curso ofertado pela rede municipal de ensino de Linhares/ES para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais



Fonte: Elaborado pela autora

Com relação à Questão 3, fica evidente no Gráfico 2, que nas escolas pesquisadas tem um número significativo de professores que não participaram de programas de capacitação, promovidos pelo município, ou seja, 62,5%. O percentual de educadores que tem participado de capacitação é de 37,5% que é um número pequeno. Não fica se sabe é pelo quantitativo de vagas ofertadas ou motivos particulares dos professores.

Com relação à **Questão 4**: Você já teve ou tem alunos com necessidades especiais na sua turma? Registramos que 14 professores afirmaram que já tiveram alunos com necessidades educativas especiais, o que totaliza 100%, sem necessidade de ser demonstrado em forma de gráfico. Isso se deve ao fato que já não se pode lecionar sem compreender como se trabalhar com esses alunos, evidenciado que a educação continuada não é opção e sim necessidade no contexto escolar atual.

Tal questão, de forma aberta, possibilitou que os educadores relatassem o sentimento em receber e ter esse tipo de aluno na sala de aula, conforme depoimentos que seguem:

“Insegurança por não está preparada” (Professor A).

“Impotência” (Professor B).

“Tentar entender qual tipo de ajuda e de qual forma seria mais adequada para o seu aprendizado” (Professor C).

“De empatia, é um desafio que gosto de ter, é algo surpreendente, eu sempre aprendo mais do que ensino” (Professor D).

“De alegria, amor e compreensão” (Professor E).

“Em primeiro instante me senti apreensiva, pois não sabia de que forma iria incluí-lo em sala de aula e quais os métodos de ensino que iria aplicar para desenvolver o cognitivo do aluno para um melhor desempenho do mesmo” (Professor F).

“Um grande prazer. Gosto muito” (Professor G).

“Angústia” (Professor H).

“Sentimento de impotência, preocupação em como atender esse aluno, me sinto totalmente despreparada” (Professor I).

“Feliz em receber mais um aluno, porém preocupada e apreensiva por não saber quais atividades aplicar e quais metodologias iria utilizar para incluí-lo aos demais alunos” (Professor J).

“Sentimento de acolhida, respeito e tratamento digno ao aluno” (Professor K).

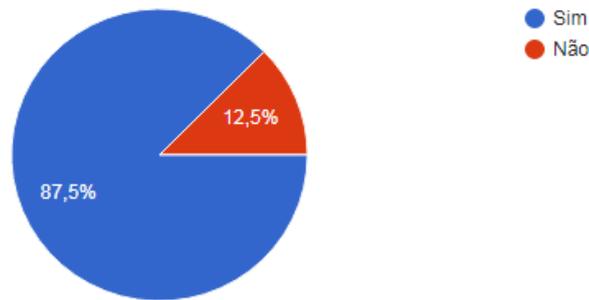
“Sentimento de medo, receio se as atividades e meus conhecimentos pedagógicos que iriam ser aplicados seriam da maneira correta” (Professor L).

“Insegurança, por não saber quais atividades eu iria aplicar para que o aluno pudesse ter um bom desempenho” (Professor M).

“Impotência, por não saber como iria incluir o aluno aos demais da sala de aula e que atividades eu poderia aplicar para tal aluno adquirir conhecimentos” (Professor N).

Os sentimentos apresentados pelos educadores quando recebem uma(s) criança(s) com necessidades especiais são de impotência, desafios, insegurança, medo, angústia, em buscas de alternativas metodológicas que atendam à aprendizagem da criança e que consiga obter êxito no seu trabalho. Por outro lado, alguns docentes sentem que os alunos com necessidades especiais precisam ser amados, acolhidos, respeitados igual aos demais, sendo um sentimento de amor.

Gráfico 3: Desafios para oferecer um ensino compatível com as necessidades dos alunos que necessitam de atendimento especializado em sala de aula



Fonte: Elaborado pela autora

Questão 5: Você teve desafios para oferecer um ensino compatível com as necessidades dos alunos que necessitam de atendimento especializado em sala de aula? Se sim, quais os principais desafios? Registramos que 13 educadores, num quantitativo de 87,5% tiveram dificuldades para trabalhar com a criança especial, uma vez que é um grande desafio, pois cada caso demanda uma forma específica de abordagem, dependendo da criatividade e da força de vontade do educador, em virtude de não existir manual de orientação para cada necessidade do aluno. Já 12,5% não tiveram dificuldade com os alunos, seja por motivos de experiência profissional ou não, pois se sentir impotente diante do desafio não é vergonhoso, é desenvolver meios para mudar com dedicação, responsabilidade e acolhimento, para assim, promover a inclusão.

Dentre as dificuldades apontadas está a falta de laudo dos alunos, pois sem ter o diagnóstico, torna-se árduo escolher a forma ideal a ser usada para promover a aprendizagem desses alunos. Outro ponto é a falta de apoio pedagógico, visto que, muitas escolas não têm dado esse suporte ao professor.

“Alunos sem laudos” (Professor A).

“Alfabetizar aqueles que vejo possibilidade, adaptar-me a essa realidade, buscando adequar os conteúdos e ressignificando” (Professor B).

“As dificuldades encontradas” (Professor C).

“Um dos maiores desafios foi trabalhar metodologias diferenciadas, pois não tive nem uma formação para trabalhar com alunos especiais em sala de aula, sempre busque apoio em sites e com o pedagogo da escola para me informar sobre o assunto e garantir ensino de qualidade para o aluno com necessidade especial” (Professor D).

“Falta de recursos pedagógicos” (Professor E).

“Entender quais atividades e habilidades trabalhar com a criança para que ela tenha interesse e apresente algum aprendizado” Entender qual é realmente o déficit da criança, e como posso contribuir para melhorar na aprendizagem desse aluno (Professor F).

“Não sabia quais atividades que eu iria aplicar e como realizar a inclusão do aluno aos demais alunos da sala de aula e da escola” (Professor G).

“A falta de formação adequada para atender esse público” (Professor H).

“Os maiores desafios encontrados são referentes aos recursos, que são poucos, e trabalhar os conteúdos de forma adaptada às necessidades do aluno” (Professor I).

“As adaptações das atividades e a falta de apoio por parte do pedagógico da escola” (Professor J).

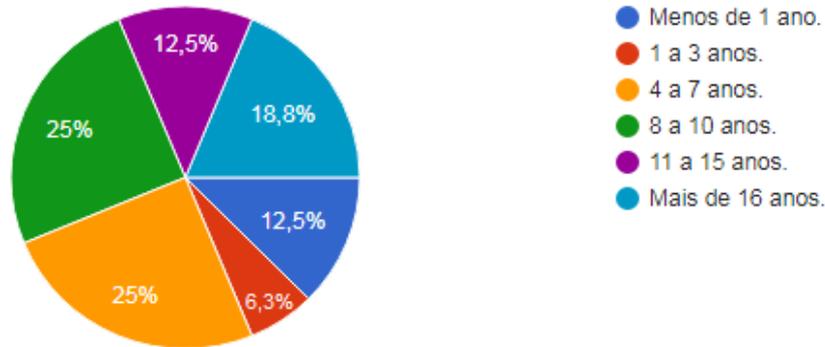
“Ensinar de maneira diferenciada” (Professor K).

“Tive dificuldade em formular atividades” (Professor L).

“Um dos maiores, foram as atividades, pois não sabia como iria aplicar para desenvolver o conhecimento do aluno” (Professor M).

Embora a grande maioria dos professores já participaram de capacitação/reciclagem, ofertadas pela municipalidade, percebemos que ainda há dificuldades para o desenvolvimento do trabalho didático-pedagógico.

Gráfico 4: Há quantos anos está lecionando na rede municipal de Linhares/ES?



Fonte: Elaborado pela autora

Participaram dessa **Questão 5**, 16 educadores que tiveram respostas diferenciadas, conforme o seu tempo de trabalho, numa variável de um a mais de 16 anos, o que denota também, a experiência de cada professor.

5.1 QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PROFESSORES

Foram aplicados um questionário e uma entrevista a professores da rede municipal de ensino de Linhares/ES. O questionário contém dez questões que estavam presentes na plataforma *Google Forms* e o outro correspondia a uma entrevista não estruturada com cinco questões. Para isso, a Secretaria de Municipal de Educação enviou os mesmos para 543 professores. Destes, 63 responderam ao questionário na mesma plataforma e 16 participaram da entrevista. Vale ressaltar que os professores que participaram da entrevista não responderam o questionário, alegaram que já haviam registrado a sua contribuição.

O questionário teve como foco investigar se os educadores que trabalham com a criança especial têm dificuldade em desenvolver o ensino para esses alunos, se tem participado de capacitação profissional na área da inclusão e que a tenha promovido em sua sala de aula, conforme transcrevemos a seguir:

Questão 1: para você, a formação continuada para a educação inclusiva de alunos com necessidades especiais, pode contribuir para a prática pedagógica em sala de aula? Como avalia?

“Com certeza. Sem a formação continuada dificilmente terá uma prática pedagógica voltada às necessidades de cada aluno” (Professor A). Nessa questão observamos que o professor tem consciência de que a formação continuada é primordial para se trabalhar com a criança especial.

“É importantíssimo. Melhoraria as metodologias de ensino a serem aplicadas com alunos especiais, e o professor iria ter novos conhecimentos no que diz respeito à educação inclusiva” (Professor B). Assim, para se trabalhar com uma metodologia voltada para a criança especial, será preciso participar de cursos de reciclagem.

O Professor C pensa que a educação continuada é fundamental: *“Com toda certeza a formação continuada auxilia em sala para uso teórico e prático, avalio sendo uma prática de extrema importância, uma vez que as maiorias das licenciaturas não preparam os profissionais para lidar com essa realidade de sala de aula”*.

A partir dessas considerações afirmamos que a Educação Especial como uma educação humanizada, mediadora, libertadora, inclusiva e que possibilite ao aluno, como sujeito do saber, apoio para construir hipóteses sobre a aprendizagem – a educação continuada é fundamental.

Seguimos ainda com a fala do professor C, que concorda com Mantoan (2003): a inclusão oportuniza reverter a situação da maioria de nossa escola, que culpa o aluno com deficiência pelo seu fracasso escolar, ao invés de culpar o ensino ministrado por elas, que não contribui com práticas inovadoras. Essas escolas precisam analisar as suas práticas e deixar de penalizar os estudantes com necessidades educativas especiais pela repetência, evasão, discriminação.

Contudo, ressaltamos a fala do Professor D: *“Sim, pode contribuir, pois é através dessa formação o professor pode ajudar os alunos com necessidades especiais”*. Somente realizando reciclagens, que se consegue alcançar o conhecimento do aluno, já que uma criança especial precisa de um apoio maior para conseguir desenvolver suas potencialidades.

Corroborando com outros professores, eles também estão de acordo com as reciclagens, demonstrado com algumas afirmativas, da necessidade de aprimoramento a fim de melhor preparar o professor para atender a essa demanda:

“Extrema importância, ajudaria professor na aplicação correta das atividades é na inclusão do aluno especial em sala de aula” (Professor E).

“Sim e muito, afinal os professores não estão preparados” (Professor F).

“Importantíssimo, a formação dar maior condição ao docente onde ele adquiriu conhecimentos e habilidades para as práticas pedagógicas” (Professor G).

“Penso que sim. Não é fácil ter um aluno especial em sala de aula sempre temos que buscar alternativas para incluí-lo e atividades para desenvolver o cognitivo. Uma formação na área é essencial” (Professor H).

“A formação faz com que o professor tenha um melhor desempenho em sala de aula” (Professor I).

“A formação é fundamental para auxiliar o professor nas práticas que será realizada no contexto escolar” (Professor J).

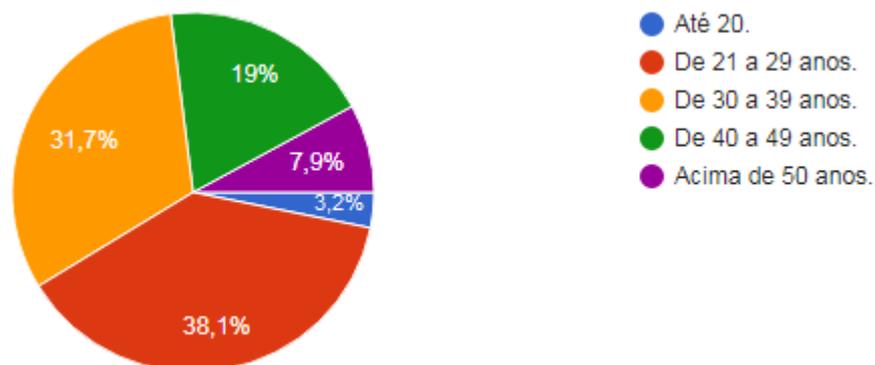
“Contribui, a formação ajuda muito o professor no cotidiano escola” (Professor K).

“É importantíssimo. Melhoraria as metodologias de ensino a serem aplicadas com alunos especiais, e o professor iria ter novos conhecimentos no que diz respeito à educação inclusiva” (Professor L).

“Sim. Ajudaria na prática pedagógica” (Professor M).

A formação foi apontada por alguns professores como sendo de “extrema importância”, pois auxilia os educadores na metodologia mais adequada para se trabalhar com o aluno. Outros educadores falaram que não é fácil ter um aluno especial em sala de aula, já que, ele precisa ser incluído e para isso o educador tem que buscar curso de capacitação, troca de experiências, apoio pedagógico outros, enfim, investir na sua carreira docente.

Gráfico 5: Idade dos Professores



Fonte: Elaborado pela autora

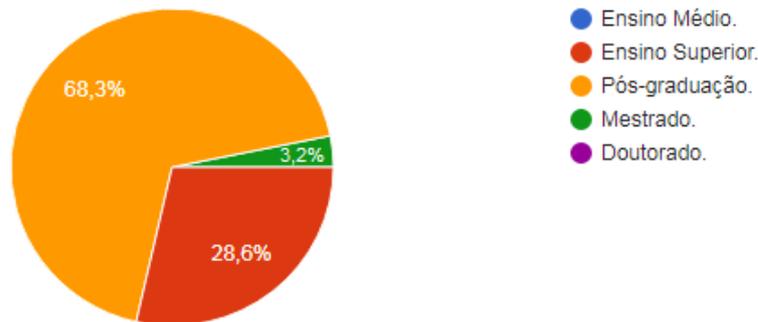
Questão 2: foi perguntado sobre a idade dos educadores que atuam no Ensino Fundamental I, a média ficou entre 20 e acima de 50 anos. Isso retrata que o público jovem de 20 anos e que provavelmente são recém-formados são uma minoria, pois ficou entre 3,21% dos entrevistados. Os educadores entre 21 e 29 foram 24, apontando para um quantitativo de 38,01%.

Esse público representa a maioria dos entrevistados. Já os educadores entre 40 a 49 anos foram 12 entrevistados, ficando com um percentual de 19% da pesquisa. Por último, os acima de 50 anos – foram 5 entrevistados, com um percentual de 7,9%. Os educadores entre 30 a 39 foram 20 entrevistados dando um percentual de 31,7%.

Dos 63 professores pesquisados, percebemos que a maioria dos educadores pesquisados, há de se considerar, pela idade que tem maior experiência profissional. Mesmo assim, ainda sente a necessidade de buscar formação continuada. Isso prova que não se pode lecionar sem conhecimento, sem segurança no desempenho profissional e sem apoio da comunidade escolar, uma vez que o professor não deve ficar e nem se sentir solitário.

Questão 3: com relação ao nível de escolaridade, todos têm formação em licenciatura, o que não se pode exercer a profissão sem esse nível de escolaridade. Mas com relação à especialização, o Gráfico 6 registra:

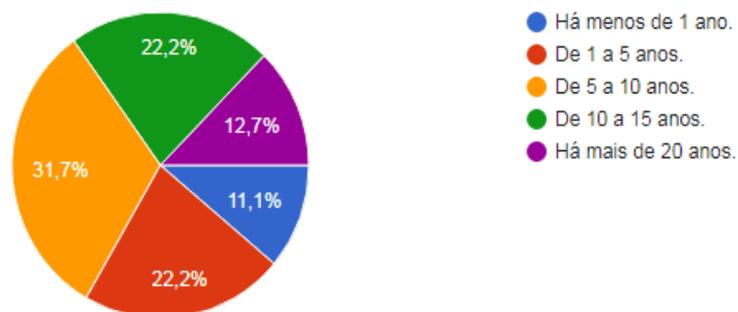
Gráfico 6: Qual o seu nível de escolaridade?



Fonte: Elaborado pela autora

Dos 63 educadores entrevistados 43 (68,3%) tem pós-graduação *lato sensu* e dois (3,2%) tem em *stricto sensu*, ou seja, com mestrado. Desses pesquisados o Gráfico 6 ainda denota que 28,6% para professores com graduação e sem especialização.

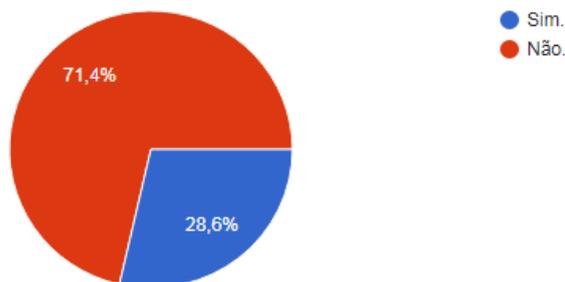
Gráfico 7: Há quantos anos você está lecionando?



Fonte: Elaborado pela autora

O Gráfico 7 retrata o tempo de experiência profissional, assim, organizada: menos de 1 ano 11,1%; 1 a 5 anos 22,2%; entre 5 a 10 anos 31,70% e mais de 20 anos 12,7%. Dessas informações, podemos afirmar que dos entrevistados que compõem a rede de ensino municipal na cidade de Linhares/ES, lecionando no Ensino Fundamental – anos iniciais, que a maioria dos professores (31,7%) tem experiência acumulada no magistério de um a cinco anos.

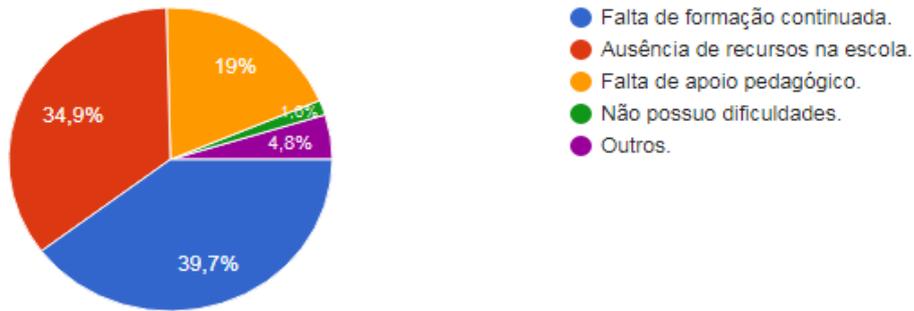
Gráfico 8: Participação em alguma formação continuada em Educação Inclusiva para alunos com necessidades especiais, nos últimos dois anos



Fonte: Elaborado pela autora

Questão 4: indica a formação continuada especificamente na Educação Inclusiva nos últimos dois anos. O Gráfico 8 aponta que 71,4% dos professores não participaram de formação continuada especificamente para a Educação Inclusiva nos últimos dois anos e 28,6% de educadores participaram. Isso mostra que a maioria dos educadores que leciona no Ensino Fundamental anos iniciais não tem participado de formação para melhorar o seu desempenho e desenvolver um ensino de qualidade com alunos que possuem necessidades especiais.

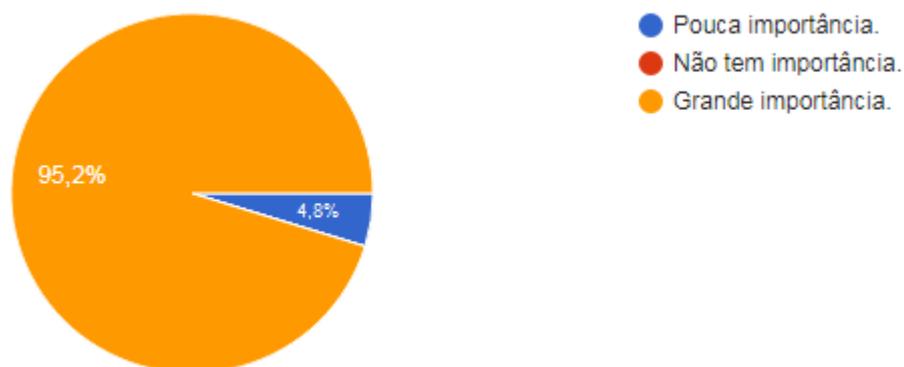
Sendo assim, os que não participaram de nenhuma formação poderão encontrar mais dificuldade em lidar com os desafios de sala de aula com relação às especificidades da criança especial.

Gráfico 9: As dificuldades em trabalhar com a Educação Inclusiva

Fonte: Elaborado pela autora

Questão 5: registra as dificuldades encontradas pelo professor que leciona para a criança com dificuldade especial. Dos 63 pesquisados, as respostas dizem respeito a falta de formação que aponta 39,7%. Ausência de recursos, ou seja, material pedagógico específico para trabalhar com a criança deficiente, 34,9%. Já a ausência de apoio da gestão pedagógica, 19%.

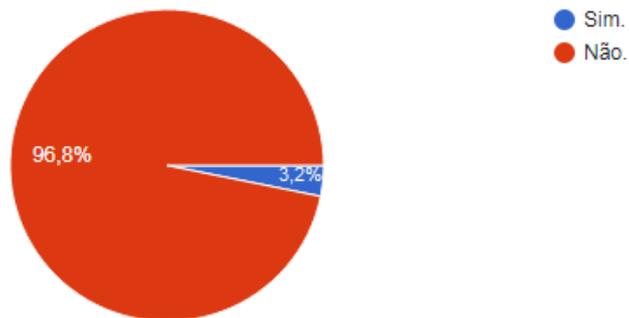
Dos entrevistados que não tem dificuldade, é de 1,6% e os que não se posicionaram foram 4,48%. Desses apontamentos, entre a falta de apoio e de material pedagógico, o percentual é de 74,6%, ou seja, a maioria encontrou dificuldade nas escolas.

Gráfico 10: A importância de se ofertar uma formação para trabalhar a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em sala de aula

Fonte: Elaborado pela autora

Questão 6: importância de se ofertar a formação do ensino inclusivo: 60 professores (95,2%) dos professores acredita que é de grande importância, no entanto, 4,8%, que corresponde a 3 pesquisados pensa que de nada adianta a formação específica, conforme registra o Gráfico 10.

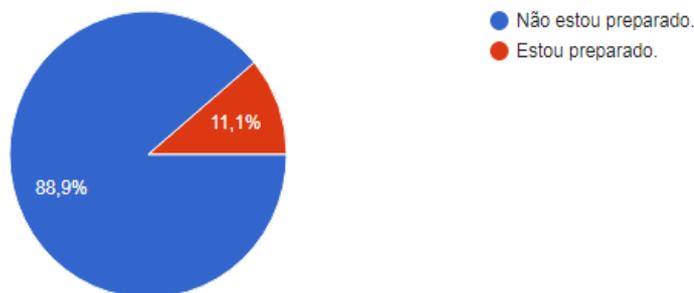
Gráfico 11: A sua formação é suficiente para trabalhar com a inclusão?



Fonte: Elaborado pela autora

Questão 7: o que o educador pensa da formação na área da Educação Inclusiva: 96,8% acredita que a formação por si só não é suficiente, sendo necessárias outras intervenções. Por outro lado 4,2%, pensa que a formação já é suficiente para lidar com os enfrentamentos ao trabalhar com a criança especial, conforme o Gráfico 11.

Gráfico 12: Você se sente preparado para receber alunos com necessidades especiais em classe regular?



Fonte: Elaborado pela autora

Questão 8: como os educadores se sentem ao lecionar para a criança especial em salas regulares. Assim, obtivemos as seguintes devolutivas, ressaltadas no Gráfico12: 89,9% não se sente despreparados e 11,1% se sente preparados. Vale ressaltar que com relação a insegurança é normal, pois trabalhar com criança especial dá uma sensação de que eles não estão aprendendo, pois, às vezes, o educador padroniza a aprendizagem.

Devemos lembrar que o desenvolvimento da aprendizagem é diferente em cada criança, isso se deve ao fato que cada um aprende em seu ritmo ou tempo. Um exemplo seria ensinar matemática para uma criança com dificuldade motora,

ela assimila e desenvolve a aprendizagem lógica matemática, mas por ter problema motor pode retardar a aplicação desse raciocínio para o caderno, por isso o educador precisa dar mais tempo para esse aluno.

Questão 9: você tem alguma sugestão e/ou contribuição facilitadora para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais em classe regular? Nessa questão obtivemos as seguintes respostas:

“Para um bom preparo é necessário uma boa formação, bons planejamentos e recursos que faltam em nossas escolas” (Professor A).

“Me sinto despreparado, pois não tenho formação na área da educação inclusiva” (Professor B).

“Não tenho formação na inclusão, tenho dificuldade em formular as atividades” (Professor C).

“Apesar de ter realizado cursos na área de educação Inclusiva vivenciei apenas um aluno em minha sala de aula, falta muita prática” (Professor D).

“A educação para alunos com necessidades especiais é bem ampla. Por exemplo se eu tiver um aluno surdo dou conta de trabalhar com ele pois tenho formação em libras, porém se eu tiver um aluno com qualquer outra necessidade especial terei que arregaçar as mangas e buscar informações, pois nós professores não temos essa preparação” (Professor E).

“Cada aluno tem suas particularidades. Não me sinto preparada para lidar com diversos alunos de Educação Inclusiva. Autismo eu tenho 2 experiências” (Professor F).

“Por falta de formação, por não ter preparo psicológico” (Professor G).

“Tempo suficiente para estar com esse aluno” (Professor H).

“Falta de apoio pedagógico” (Professor I).

“Falta preparação” (Professor J).

“Insegurança, não se sinto totalmente preparado” (Professor K).

“Preciso de mais conhecimento” (Professor L).

“Fiz uma formação em 2012 com recurso próprio, pois senti a necessidade de informações para atender um aluno com necessidades especiais. Desde então nunca fui contemplada com nenhuma outra formação promovida na rede pública” (Professor M).

“Possuo dificuldade em saber qual atividade seria compatível às necessidades do aluno” (Professor N).

“Tenho dificuldade em como lidar, que atividades aplicar e como incluí-lo” (Professor O).

“Dificuldade em trabalhar as metodologias” (Professor P).

“Preciso de mais conhecimento sobre o assunto” (Professor Q).

“Às vezes fico confusa quanto adquirir atividades” (Professor R).

“Dificuldade em inserir as práticas pedagógicas para atender alunos especiais” (Professor S).

“Não tenho formação me sinto despreparada” (Professor T).

“Pouco conhecimento sobre a inclusão do aluno especial” (Professor U).

“Necessária formação na área da educação especial” (Professor V).

“Sem metodologias para o ensino” (Professor X).

“Preciso me atualizar sobre o assunto, pois não domino” (Professor Y).

“Tenho dificuldade nas metodologias de ensino. Não sei quais atividades eu iria aplicar” (Professor Z).

Ao analisar as respostas percebemos que a maioria dos educadores acredita que as dificuldades encontradas ao lidar com a criança especial é a falta de capacitação profissional, primordial para trabalhar com o aluno. Professores opinaram que, para saber trabalhar com a criança especial, é preciso ter capacitação voltada para esse fim. Uma educadora citou o exemplo do aluno surdo, que mesmo tendo formação na educação especial seria preciso ter uma formação exclusiva para a criança sem audição.

Mas não se trata apenas disso, existem crianças que não apresentam qualquer impedimento intelectual, no entanto tem dificuldade de se relacionar, por portar complexo de inferioridade ou outros fatores. Já outros professores sentem a necessidade do apoio pedagógico em suas escolas, pois além de não ter material de apoio trabalham com uma equipe pedagógica desunida.

Questão 10: você tem alguma sugestão e/ou contribuição facilitadora para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais em classe regular? Obtivemos as seguintes respostas:

“Ter monitores” (Professor A).

“É preciso primeiramente atentar-se a necessidade de cada aluno especial. A partir disso então buscar metodologias e instrumentos necessários para contribuir com a aprendizagem desse aluno” (Professor B).

“Ter amor em primeiro lugar, e sempre buscar conhecimentos através de formações” (Professor C).

“Sempre observar o aluno e tentar entender suas fragilidades buscando atividades que possa incluí-lo” (Professor D).

“Acredito ser difícil ter uma receita que adeque a todos os alunos, penso que primeiro tem que conhecer a realidade e limitações de cada um, isso é muito particular, pois somos sujeitos singulares, depois de conhecer podemos pensar em práticas que explore e desenvolva toda potencialidade do aluno, respeitando suas experiências extraescolares” (Professor E).

“A sugestão que tenho é o investimento na formação continuada, pois nós professores estamos sempre atarefados com nossas responsabilidades escolares e acabamos por não investir tempo para outros conhecimentos que não são aqueles que vivenciamos diariamente em sala” (Professor F).

“Mais capacitação para o corpo docente” (Professor G).

“Sempre busco informações na internet referente a inclusão e atividades para desenvolver em sala com o aluno” (Professor H).

Que os professores frequentem as formações com situações práticas periodicamente, e recebam apoio pedagógico capacitado (Professor I).

Buscar conhecimentos através de formações, buscas na internet para sempre estar atualizado sobre o assunto (Professor J).

Dar o máximo de atenção ao aluno e buscar atividades diferenciadas de acordo com cada situação (Professor K).

Poderia ter mais formações na área da educação inclusiva. “Isso facilitaria muito para o professor, onde iria adquirir conhecimentos e metodologias necessárias para trabalhar a inclusão de alunos com necessidades especiais” (Professor L).

Os professores A, B, C, D e E afirmaram que para facilitar o ensino e o trabalho do professor em sala de aula regular é indispensável a presença de um monitor, já que, em uma turma de 35 alunos fica difícil dá atenção que o aluno especial precisa. Dessa feita, o monitor pode dar assistência e auxiliar nas tarefas.

O professor K relatou que para desenvolver um ensino significativo será preciso conhecer melhor o aluno, detectar a sua bagagem cultural, suas necessidades e limitações, além da forma que ele aprende. Já os professores F, G, H, I, J e L acreditam que investir na formação continuada na área da inclusão faz a diferença em sala de aula. Devemos, pois, conhecer as especificidades, limitações, ritmo de aprendizagem e suas dificuldades, para que possamos nos nortear de forma mais eficaz ao trabalhar com o aluno especial no Ensino Fundamental – séries iniciais.

Contudo, Magalhães e Azevedo (2015) defendem que as políticas de formação de professor ainda estão em um patamar pequeno. Para que a educação alcance uma elevação na qualidade do ensino precisa contemplar os processos de ensino e aprendizagem de todos os alunos. Assim, a capacitação ainda é um desafio, pois tem muitos educadores que não conseguem fazer curso de aperfeiçoamento mais de uma vez por ano.

Sabemos que as especificidades são muitas em uma sala de aula e mesmo o educador realizando curso para cada área específica das diversas deficiências, ainda assim, não contemplaria a todas as crianças. Citamos como exemplo, o autismo que se apresenta em três níveis (leve, moderado e grave) e também fases, demandando qualificação específica para compreender as limitações, necessidades e avanços do aluno.

O papel do educador é intervir nas atividades que o aluno ainda não tem autonomia para desenvolver sozinho, ajudando o estudante a se sentir capaz de realizá-las. A formação específica e/ou continuada e a aquisição de conhecimentos sobre a educação inclusiva são imprescindíveis para fundamentar a prática pedagógica dos professores.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há evidências crescentes de que os professores desempenham um papel crítico no desenvolvimento de sistemas de educação de alta qualidade, cuja melhoria está diretamente ligada à qualidade dos programas de formação inicial e contínua desses profissionais.

Daí, a necessidade vital de introduzir cursos que desenvolvam o conhecimento sobre as dificuldades de aprendizagem, especificamente para professores em salas de aula regulares: primeiro, porque, quando eles têm a oportunidade de adquirir esse tipo de qualificação como parte do desenvolvimento de seu trabalho profissional, eles já encontraram alunos com dificuldades de aprendizagem ou necessidades educacionais especiais – logo, por não saberem instruir esses alunos de forma eficaz, podem acabar, inadvertidamente, prejudicando seu desenvolvimento educacional.

Ademais, a incapacidade de receber alunos com necessidades educacionais especiais pode se tornar uma razão para criticar os professores, levando a uma crescente frustração desses docentes com o sistema educacional. O fato é que é preciso integrar valores humanísticos, como empatia e cuidado, necessários para que a inclusão seja efetivada, – o que requer a atenção de todo o sistema e preparação adequada para que haja encorajamento em perpassar as dificuldades cotidianas.

A visão dos sistemas de educação inclusiva é possibilitar que todos os alunos de qualquer idade tenham oportunidades educacionais significativas e de alta qualidade em sua comunidade escolar, junto com seus amigos e colegas.

Para isso, a integração de valores humanísticos deve abordar duas dimensões distintas: a do professor, que além de adquirir conhecimentos sobre as dificuldades de aprendizagem, precisa estar exposto a métodos de ensino e materiais curriculares baseados na filosofia humanística e em valores como respeito, cuidado e empatia; a do aluno, que precisa encontrar materiais curriculares que desenvolvam valores humanísticos.

Além disso, os cursos educacionais devem se concentrar em aumentar a motivação dos professores com a educação inclusiva, pois se trata de um fator-chave para a autoeficácia desses profissionais. Se motivados, é mais fácil superar

as barreiras em relação a esses alunos e encontrar formas de superá-la, pois toda criança ao ser estimulada pode alcançar o seu máximo potencial para que possam ser incentivadas e encorajadas a superar os seus limites. Pelo fato de não ser uma tarefa fácil, é imperativo, portanto, que os professores recebam uma preparação adequada e também um apoio contínuo à medida que avançam na prática diária.

No município de Linhares/ES, a rede de ensino possui atendimento público e privado desde a Educação Infantil ao Ensino Superior e a grande visão para seu desenvolvimento é investir na capacitação profissional de seus docentes, principalmente no que diz respeito à Educação Inclusiva.

Através da aplicação de entrevista a professores da rede municipal e em um dos pontos da pesquisa de campo desenvolvida neste estudo, foi possível perceber que existe uma política de investimento em cursos de formação na área da Educação Inclusiva. Porém, conforme as repostas obtidas na entrevista, a grande maioria dos docentes não participaram, por falta de vaga, tempo disponível para realizar a formação e nem fizeram uso de recursos pedagógicos específicos para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais.

O questionário aplicado a importância da formação continuada para a educação inclusiva, sua contribuição para a prática pedagógica em sala de aula e de que forma o docente pode utilizá-la a fim de atender às necessidades dos alunos do século XXI, focando garantia da qualidade da aprendizagem. Foi possível aferir que a maioria tem consciência de que a formação continuada é primordial para se trabalhar com alunos com necessidade educacionais especiais otimizando as metodologias de ensino a serem aplicadas dentro do processo de inclusão.

No entanto, a implementação da Educação Inclusiva ainda é um dos maiores desafios do sistema educacional, pois a maioria dos professores recebe uma formação insuficiente para trabalhar em contextos de ensino complexos e para responder às necessidades únicas de todos os alunos da sua sala de aula.

Neste estudo trazemos resultados e informações que possam ser vistas como do interesse de professores deste município e que trabalham nas salas de aula regulares e também alunos com necessidades educacionais especiais além daqueles que participam da construção de currículos para programas de treinamento de professores e tem como foco revitalizar a relação entre professores e alunos.

É fato que não apenas os professores de dessa modalidade devem ter acesso a essas informações, mas todo programa de formação de professores deve incorporar cursos sobre dificuldades de aprendizagem. Necessário se faz que, instruir os professores de como abordar os alunos de forma eficaz, ao mesmo tempo enfatizando o papel dos valores humanísticos na criação de um ambiente educacional atencioso e bem-sucedido para todas as crianças, os leva a cumprir as metas que inspiraram o movimento de inclusão.

No nível prático, levantamos conceitos que possam ajudar os planejadores de programas de treinamento a adaptar ou melhorar os programas de qualificação já existentes e no nível conceitual, esperamos contribuir para pesquisas no campo da Educação Inclusiva na perspectiva da formação de professores. Dada a complexidade do tema, não consideramos como esgotado o assunto, mas deixamos que outros pesquisadores prossigam a estudar o assunto em questão.

Com relação ao Produto Final, contido em um dos Objetivos Específicos, segue, apensado, como Apêndice F, uma Cartilha contendo informações, reflexões e atividades para que seja compartilhada com os professores da rede municipal de ensino, bem como para outros profissionais interessados.

7. REFERÊNCIAS

ALMOG, O; Z. SHECHTMAN. Teachers Democratic and Efficacy Beliefs and Styles of Coping with Behavioral Problems of Pupils with Special Needs. **European Journal of Special Needs Education**, v. 22, p.115-129, 2007.

BATISTA, C. A. M.; MANTOAN, M. T. E. **Educação Inclusiva: atendimento educacional especializado**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. **Brasil adotará documento da ONU sobre pessoas com deficiência**. Ministério da Educação. DF: MEC 2008.

BRASIL. **CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Resolução CNE/CP, n. 01/2006. Diário Oficial da União. Brasília, seção 1, p.11, 2006.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação sobre Necessidades Educacionais Especiais**. Brasília: MEC, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Brasília: MEC/SEESP, 1996.

BRASIL. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação**. Lei nº 11.949, de 20 de junho de 2007.

BRASIL. **Educação especial, o atendimento educacional especializado**. Lei nº 7.611 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266 Acesso em 03 de set de 2020.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação Sobre Necessidades Educativas Especiais**. MAS/CORDE, Brasília, 1994.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria da Educação Especial, Brasília: CNE/CEB, 2001.

BRUNO, M. M. G. Escola inclusiva: problemas e perspectivas. **Anais... II Encontro de Educação do Oeste Paulista**. Presidente Prudente: UNESP, 2000.

BUENO, J. G. S. **A educação especial nas universidades brasileiras**. Brasília: MEC/SEESP, 2002.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: Integração/Segregação do Aluno Diferente**. São Paulo: Educação, 1993.

BUENO, J. G. S. **A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores:** algumas considerações. In: BICUDO, M. A.; SILVA Jr., C. A. (Orgs.) Formação de educadores e avaliação educacional. São Paulo: UNESP, p.146-164, 1999.

CRUICKSHANK, W. M. **A Educação da Criança e do Jovem Excepcional.** Porto Alegre: Globo, vol.1, 1974.

DÓRIS, A. F. C. **Superando limites:** A contribuição de Vygotsky para a educação especial. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext%C3%A7%C3%B5es%20%C3%A9,maneira%20como%20A9%20conduzi da.> acesso em 3 se set de 2020.

FERREIRA J. R; MENDES E. G; NUNES, L. R. O. P. **Integração e inclusão:** o que revelam as teses e dissertações em educação e psicologia. In: NUNES, F. P. S. Inclusão educacional: pesquisa e interfaces. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

FERREIRA, J. **Políticas e práticas de educação inclusiva.** In: GÓES. Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Associados, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, S. N. O; OSÓRIO, A; PRIETO, R. G. E. **Impacto da declaração de Salamanca nos estados brasileiros:** dez anos de aprovação, implantação e implementação. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, A. C. **Educação Especial: a integração social dos portadores de deficiências, uma reflexão.** Rio de Janeiro: Sette Letras. 1995.

GONZALEZ TORRES, J. A. **Educação e diversidade, bases didáticas e organizativas.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

GUEL, M. A. **A pessoa com deficiência e sua relação com a história da humanidade.** Disponível em: <<http://www.ampid.org.br/v1/wp-content/uploads/2014/09/A-pessoa-comdefici%C3%Aancia-e-suarela%C3%A7%C3%A3o-com-a-his-da-humanidade.1.pdf>> Acesso em 3 de set de 2020.

HARTLEY, J. **Pesquisa de estudo de caso.** In Catherine Cassell; Gillian Symon (Eds.) Essential guide to qualitative methods in organizational research, London: Sage, p.323-333, 2004.

HEGARTY, J. R; ASPINALL, A. The Use of Personal Computers with Adults who Have Developmental Disability: Outcomes fan Organization – Wide Initiative. **British Journal of Development Disabilities**, n. 52, v. 2, p.133-150, 2006.

JANNUZZI, G. S. **A Educação do Deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

KIRK, S. A; GALLAGHER, J. J. **Educação da Criança Excepcional**. Tradução de Marília Zanella Sanvicente. 3. ed. São Paulo: Martina Fontes, 1996.

LIMA, E. F. Análise de necessidades formativas de docentes ingressantes numa universidade pública. **Rev. Bras. Estud. Pedagogia**. Brasília, v. 96, n. 243, p.343-358, 2015.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** Campinas, São Paulo: Editora Moderna, 2003.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil**. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2352/235217215002.pdf>> Acesso Em 3 de set de 2020.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1989.

MAZZOTTA, M. J. S. **Pressupostos teóricos e filosóficos da educação de alunos com necessidades educacionais especiais**. Palestra proferida no I Seminário de Educação Inclusiva no Distrito Federal. Brasília, 1998.

MBI. **Inovação Pioneira no Mundo da Tecnologia da Informação e das Comunicações desde 1990**. Disponível em: <[https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/linhares-esbr/#:~:text=Lista%20dos%2066%20bairros%%20de%20Linhares%20\(ES\)](https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/linhares-esbr/#:~:text=Lista%20dos%2066%20bairros%%20de%20Linhares%20(ES).)>. Acesso em 3 de set de 2020.

MIRANDA, T. G; GALVÃO FILHO, T. A. (Org.) **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

SOKAL, L; U. SHARMA, U. Do I Really Need a Course to Learn to Teach Students with Disabilities? I've Been Doing It for Years. **Canadian Journal of Education**, n. 40, v.4, p.739-760, 2017.

VAN MIEGHEM, A; VERSCHUEREN, K; PETRY, K. An Analysis of Research on Inclusive Education: A Systematic Search and Meta Review. **International Journal of Inclusive Education**, p.1-15, 2018.

NOGUEIRA, N. R. **Pedagogia de projetos: uma jornada rumo ao desenvolvimento das múltiplas inteligências**. São Paulo: Erica, 2001.

PADILHA, A. M. L. **Práticas pedagógicas na educação especial: a capacidade de significar o mundo e a inserção cultural do deficiente mental.** Campinas: Autores Associados, 2001.

PLETSCH, M. D. **A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas.** Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=HjBdlPnJbsU>> Acesso em 3 de set de 2020.

PLOA. **Projeto de lei orçamentária para 2020.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/nota-tecnica-conjunta>> Acesso em 3 de set de 2020.

REGO, T. C. **Vygotsky: uma perspectiva histórica cultural na educação.** Petrópolis: Vozes, 1995.

SASSAKI, R. K. Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. **Revista Nacional de Reabilitação (Reação).** São Paulo, Ano XII, mar./abr, p. 10-16, 2009.

SEME. **Secretaria Municipal de Educação de Linhares.** Educação Básica. Linhares, 2020.

SHON, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos.** In: NÓVOA, A. Os professores e a sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

SOKAL, L; U. SHARMA, U. Do I Really Need a Course to Learn to Teach Students with Disabilities? I've Been Doing It for Years. **Canadian Journal of Education**, n. 40, v. 4, p.739-760, 2017.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional.** Petrópolis: Vozes, 2002.

VAN MIEGHEM, A; VERSCHUEREN, K; PETRY, K et al. An Analysis of Research on Inclusive Education: A Systematic Search and Meta Review. **International Journal of Inclusive Education**, p.1-15, 2018.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2016.

YIN, R. K. (2003a). **Pesquisa, projeto e métodos de estudo de caso.** 3 ed. vol. 5. Thousand Oaks: Sage.

APÊNDICE A

Solicitação de autorização para pesquisa

do secretário de educação

PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO STRICTO SENSU
MESTRADO PROFISSIONAL EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO
 Reconhecido pela Portaria MEC/CNE nº 256 de 15/02/2017 publicada no D.O.U. de 16/02/2017

SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

São Mateus (ES), 29 de Setembro de 2020.

Prezado (a) Senhor (a)

Eu, **Luana Evangelista Laurent**, aluno (a) do curso de **Mestrado Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação** da **Faculdade Vale do Cricaré**, solicito a Secretária de Educação **Maria Olimpia Dalvi** do município de Linhares-ES, autorização para realizar pesquisa na EMEF “Antônio Fernandes de Almeida”, EMEF “Adelson Del’ Santo”, EMEF “Auto do Guimarães e Souza”, EMEF “Caboclo Bernardo”, EMEF “Cid Adalberto dos Reis”, EMEF “Dinorah A. Rodrigues”, EMEF “Elza Roni Scarpati”, EMEF “Professora Maria da Penha Pazito Ventura”, EMEF “Jerônimo Monteiro”, EMEF “José Modeneze”, EMEF “Luiz de Camões”, EMEF “Maria Souza Matias”, EMEF “Prefeito Roberto Calmom”, EMEF “Presidente Castelo Branco”, EMEF “Professora Maria Aparecida Lavagnoli”, EMEF “Roberto Moreira”, EMEF “Samuel Batista Cruz”, EMEF “Talma Drumond Pestana”, EMEF “Zeferino Batista Fiorot” e EMEFM “Marília de Rezende S. Coutinho”, com o objetivo de desenvolver trabalho do Mestrado.

Contando com a autorização de V.S.^a colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento.

Atenciosamente,

Luana E. Laurent
Assinatura do(a) Pesquisador (a)

Secretária

Luzinete Duarte
Secretária do Mestrado

APÊNDICE B
Autorização para pesquisa



PREFEITURA DE LINHARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OFÍCIO Nº 2055/SEME/2020

Linhares - ES, 17 de Novembro de 2020

À Senhora
LUANA EVANGELISTA LAURENT
Mestranda em Ciência, tecnologia e Educação na Instituição FVC

Assunto: Resposta ao requerimento 013683/2020

Prezada,

Em respeito e atenção a solicitação de autorização para pesquisa nas escolas, contida no requerimento mencionado em epigrafe, comunicamos que a Secretaria Municipal de Educação opina pelo DEFERIMENTO do pedido, estando a Mestranda apta para realizar seu trabalho nos parâmetros cabíveis da pesquisa.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para sanar quaisquer dúvidas.

Atenciosamente,

MARIA OLIMPIA DALVI RAMPINELLI
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 015/2017

NOME DAS ESCOLAS	ENDEREÇOS DE E-MAIL
EMEF Adelson Del' Santo	emef.adelsondelsanto@linhares.es.gov.br
EMEF Antônio Fernandes de Almeida	emef.antoniofernandesdealmeida@linhares.es.gov.br
EMEF Auto Guimarães e Souza	emef.autoguimaraesesouza@linhares.es.gov.br
EMEF Caboclo Bernardo	emef.caboclobernardo@linhares.es.gov.br
EMEF Cid Adalberto dos Reis	emef.cidadalbertodosreis@linhares.es.gov.br
EMEF Dinorah Almeida Rodrigues	emef.dinorahalmeidarodrigues@linhares.es.gov.br
EMEF Elza Roni Scarpati	emef.elzaroniscarpati@linhares.es.gov.br
EMEF Jerônimo Monteiro	emef.jeronimomonteiro@linhares.es.gov.br
EMEF José Modeneze	emef.josemodeneze@linhares.es.gov.br
EMEF Luiz de Camões	emef.luzdecamoes@linhares.es.gov.br
EMEF Maria Souza Matias	emef.mariadesouzamatias@linhares.es.gov.br
EMEF Prefeito Roberto Calmon	emef.robertocalmon@linhares.es.gov.br
EMEF Presidente Castelo Branco	emef.castelobranco@linhares.es.gov.br
EMEF Profª Maria Aparecida Lavagnoli	emef.mariaaparecidalavagnoli@linhares.es.gov.br
EMEF Profª Maria da Penha Pazito Ventura	emef.professoramariadapenhapazitoventura@linhares.es.gov.br
EMEF Roberto Moreira	emef.robertomoreira@linhares.es.gov.br
EMEF Samuel Batista Cruz	emef.samuelbatistacruz@linhares.es.gov.br
EMEF Talma Drumond Pestana	emef.talmadrumondpestana@linhares.es.gov.br
EMEF Zeferino Batista Fiorot	emef.zeferinobatistafiorot@linhares.es.gov.br
EMEFM Marília de Rezende Scarton Coutinho	emefm.mariliaderезende@linhares.es.gov.br

APÊNDICE C

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE LINHARES/ES - SETOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL



PREFEITURA DE LINHARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

OFÍCIO Nº 1863/2020/SEME

Linhares - ES, 15 de Outubro de 2020

À Senhora
LUANA EVANGELISTA LAURENT
Mestranda

Assunto: Resposta ao processo nº013682/2020.

Prezada Senhora,

Em atendimento ao requerimento supramencionado, passamos a análise ponto a ponto de cada questionamento:

1) Qual a importância da formação continuada de professores para o município de Linhares/ES?

A formação continuada de professores é um dos recursos de aprofundar a atuação de profissionais mais preparados e capacitados num processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente.

2) No ano de 2019, quantos cursos de formação continuada de professores foram realizados e quais totais de professores que conseguiram realizar algum curso de formação continuada ofertado pela Secretaria de Educação de Municipal de Linhares/ES?

Foram ofertadas 48 formações em 2019 com aproximadamente 2.600 profissionais participantes.

3) Para o município de Linhares/ES, qual a importância da formação continuada de professores no contexto inclusivo de alunos portadores de necessidades especiais?

A educação inclusiva requer mudanças no ensino aprendizagem. O professor deve ser preparado adequadamente por meio de processo permanente de desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis, com o objetivo de contemplar as necessidades de estudantes com necessidades especiais. É crucial a afirmação de que, a cada dia, se faz mais urgente à qualificação profissional para se trabalhar na perspectiva da educação inclusão, nesse sentido o município de Linhares considera de suma importância à formação continuada de professores no contexto inclusivo de estudantes público alvo da Educação Especial.



**PREFEITURA DE LINHARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

4) Qual objetivo da formação continuada de professores no contexto inclusivo de alunos portadores de necessidades especiais para o município de Linhares/ES?

O objetivo da formação continuada dos professores no contexto inclusivo de estudantes público alvo da Educação Especial é o de garantir a promoção de uma aprendizagem significativa e uma atividade docente eficaz, o professor deve considerar que a formação continuada é um processo de aprimoramento constante do saber necessário à prática educacional.

5) Desde que ano é ofertado cursos de formação continuada formação para atuar com alunos portadores de necessidades especiais?

A partir da implementação da Política Nacional na Perspectiva da Educação Inclusão o município de Linhares passou a ofertar formações na área da Educação Especial.

6) Quantos cursos formação continuada para atuar com alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula foram ofertados pelo município de Linhares/ES em 2019 aos professores que atuam no ensino fundamental anos iniciais?

Em 2019 foram ofertadas 5 formações.

7) No ano de 2019, quantos professores do ensino fundamental anos iniciais realizaram curso formação continuada para atuar com alunos portadores de necessidades especiais em sala de aula?

230 profissionais realizaram os cursos.

8) Como é realizada a educação inclusiva no município de Linhares/ES?

A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Buscando perceber e atender as necessidades educativas especiais dos estudantes público alvo da Educação Especial em salas de aulas comuns em um sistema regular de ensino inclusivo, de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal de todos, no município de Linhares os estudantes são acompanhados em sala de aula regular por estagiários ou monitores, alguns (os que solicitam) têm acesso à instituição de ensino através do ônibus escolar adaptado e recebem atendimento no contra turno na Sala de Recursos, assegurando assim o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os indivíduos, sem qualquer exceção.

9) Qual é a importância da educação inclusiva para o município de Linhares/ES?

Para o município de Linhares a Educação Inclusiva é muito importante, pois além de permitir o desenvolvimento socioemocional e psicológico, a educação inclusiva promove a escolarização de maneira efetiva possibilitando a formação de cidadãos autônomos.



**PREFEITURA DE LINHARES
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

10) Dê que forma é incentivado a inclusão de alunos com necessidades especiais na rede de ensino do município de Linhares/ES?

No município de Linhares os estudantes são acompanhados em sala de aula regular por estagiários ou monitores, alguns (os que solicitam) têm acesso à instituição de ensino através do ônibus escolar adaptado e recebem atendimento no contra turno na Sala de Recursos, além disso, a Secretaria Municipal de Educação de Linhares oferece cursos na área da Educação Especial para todos os professores, monitores e estagiários que trabalham na rede capacitando-os para melhor atender os estudantes público alvo da Educação especial, assegurando assim o acesso, a participação e a aprendizagem de todos os indivíduos, sem qualquer exceção.

11) Quantos alunos que possuem necessidades especiais são atendidos pela rede municipal de ensino de Linhares/ES?

No município de Linhares são atendidos 741 estudantes público alvo da Educação Especial.

Atenciosamente,

Maria

MARIA OLIMPIA DALVI RAMPINELLI
Secretária Municipal de Educação
Decreto Municipal nº 015/2017

APÊNDICE D

ENTREVISTA DIRECIONADA AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I – ANOS INICIAIS EM LINHARES/ES – ZONA URBANA

Me chamo Luana Evangelista Laurent, estou realizando uma pesquisa para cumprir com uma etapa da minha dissertação de mestrado na Faculdade Vale do Cricaré em São Mateus/ES. A entrevista tem como objetivo evidenciar a importância da formação docente no que se diz respeito a inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula.

Com a sua permissão guardarei a sua resposta. Todas as respostas terão sigilo, assim como anonimato dos professores que participantes. Agradecemos a sua disponibilidade e o tempo dedicado a responder questionário.

- 1- Para você, qual a importância de ser ofertar uma formação para trabalhar a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em sala de aula?
- 2- A escola em que você trabalha disponibiliza recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais?
- 3- Você já participou de algum curso fornecido pela rede municipal de ensino de Linhares/ES para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais?
- 4- Você já teve ou tem alunos com necessidades especiais incluídos na sua turma? Se sim, qual o sentimento que você teve ao recebe-lo?
- 5- Você teve desafios para oferecer um ensino compatível com as necessidades dos alunos que necessitam de atendimento especializado em sala de aula? Se sim, quais os principais desafios?
- 6- Há quantos anos está lecionando na rede municipal de Linhares- ES?

APÊNDICE E

QUESTIONÁRIO DIRECIONADO AOS PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL I ANOS INICIAIS EM LINHARES/ES – ZONA URBANA, LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO

Me chamo Luana Evangelista Laurent, estou realizando uma pesquisa para cumprir com uma etapa da minha dissertação de mestrado na Faculdade Vale do Cricaré em São Mateus/ES. O objetivo desse questionário é delinear o perfil de professores desta escola para inteirar-se das necessidades formativas no que se diz respeito a inclusão de alunos com necessidades especiais.

Com a sua permissão guardarei a sua resposta. Todas as respostas terão sigilo, assim como anonimato dos professores que participantes. Agradecemos a sua disponibilidade e o tempo dedicado a responder questionário.

01. Para você, a formação continuada para a educação inclusiva de alunos com necessidades especiais, pode contribuir para a prática pedagógica em sala de aula? Como avalia?

02. Idade?

- () Até 20.
- () De 21 a 29 anos.
- () De 30 a 39 anos.
- () De 40 a 49 anos.
- () acima de 50 anos.

03. Qual o seu nível de escolaridade?

- () Ensino Médio.
- () Ensino Superior.
- () Mestrado.

() Doutorado.

04. Há quantos anos você está lecionando?

- () Há menos de 1 ano.
() De 1 a 5 anos.
() De 5 a 10 anos.
() De 10 a 15 anos.
() Há mais de 20 anos.

05. Você participou de alguma formação continuada em Educação Inclusiva para alunos com necessidades especiais, nos últimos dois anos?

- () Sim.
() Não.

06. Quais as dificuldades que você teve em trabalhar com a educação Inclusiva de alunos com necessidades especiais em sala de aula?

- () falta de formação continuada. () ausência de recursos na escola.
() outros. () falta de apoio pedagógico.
() não possui dificuldades.

07. Para você, qual a importância de ser ofertar uma formação para trabalhar a inclusão escolar de alunos com necessidades especiais em sala de aula?

- () não tem importância. () pouca importância.
() grande importância.

08. Você acha que a sua formação é suficiente para atender e trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais em sala de aula?

- () sim.
() não.

09. Você se sente preparado para ensinar alunos com necessidades especiais presentes em classe regular? Se não estiver preparado justifique.

- () Estou preparado () Não estou preparado

Justifique _____

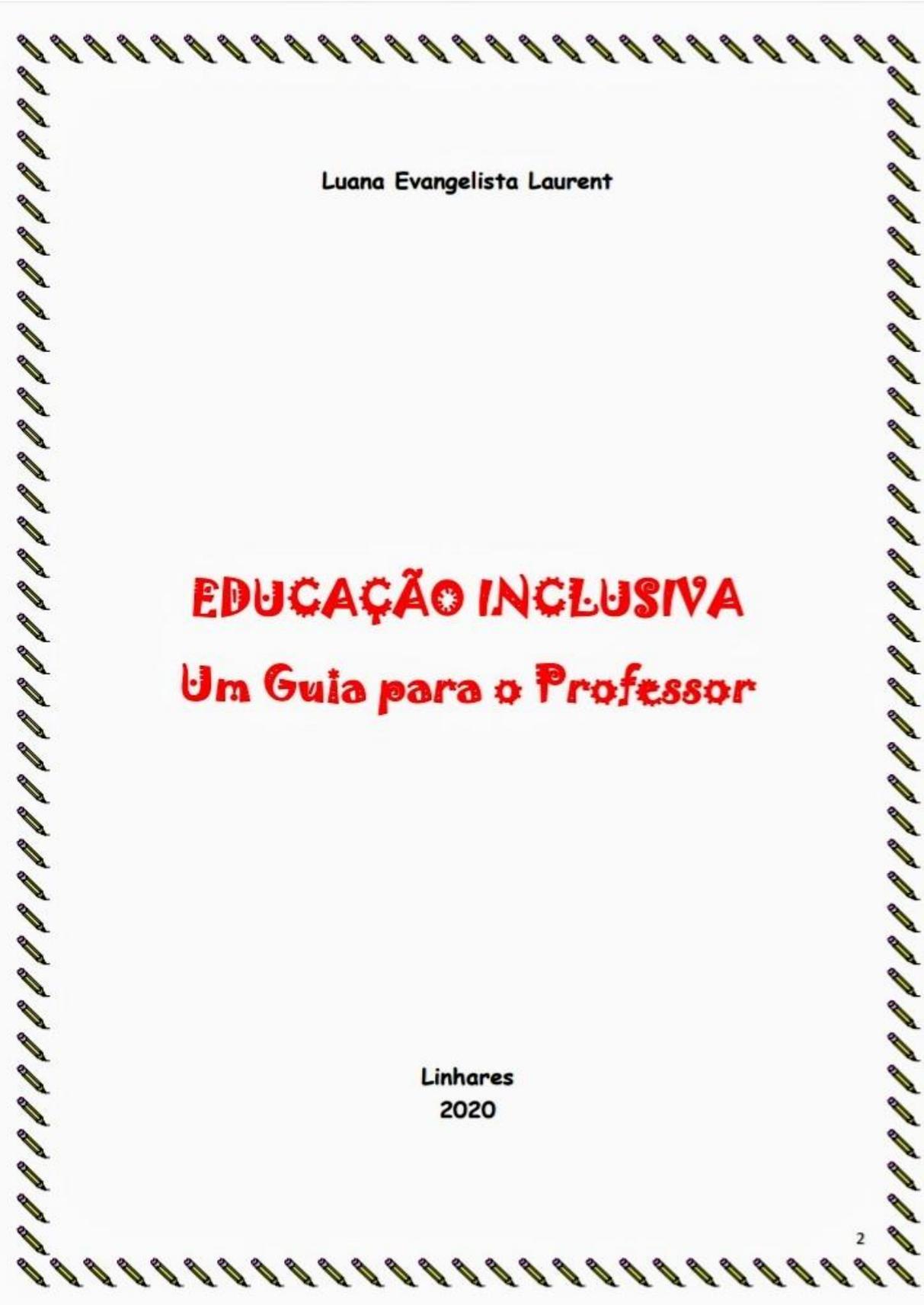
10. Você tem alguma sugestão e/ou contribuição facilitadora para trabalhar com a inclusão de alunos com necessidades especiais em classe regular?

APÊNDICE F



EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Um Guia para o Professor

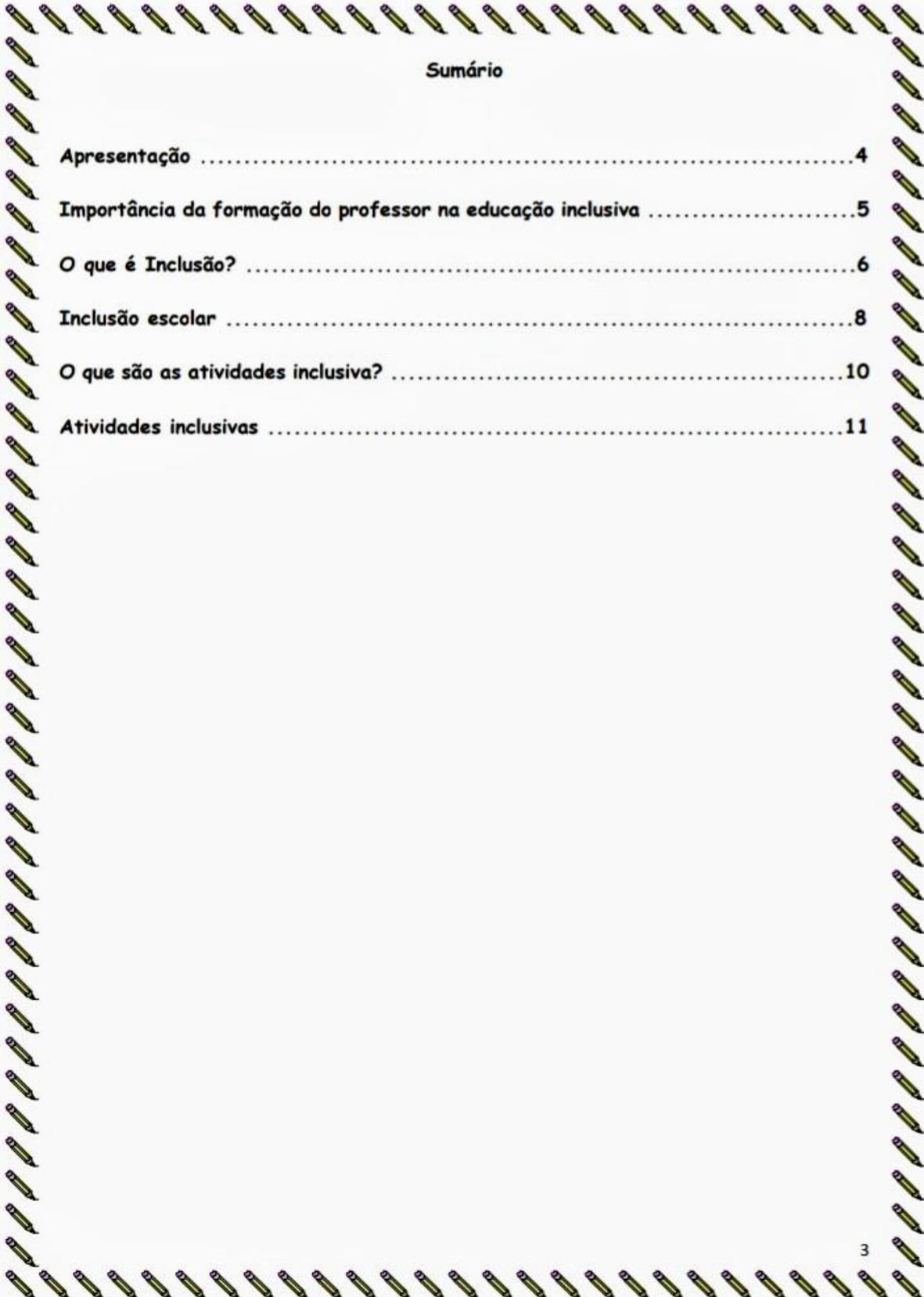




Luana Evangelista Laurent

EDUCAÇÃO INCLUSIVA
Um Guia para o Professor

Linhares
2020



Sumário

Apresentação	4
Importância da formação do professor na educação inclusiva	5
O que é Inclusão?	6
Inclusão escolar	8
O que são as atividades inclusivas?	10
Atividades inclusivas	11

Apresentação

Caro professor,

Esta cartilha foi elaborada pela mestra Luana Evangelista Laurent, com os seguintes objetivos:

➤ Contribuir para o enriquecimento da prática pedagógica;

➤ Apresentar algumas reflexões sobre o que é inclusão e inclusão escolar;

➤ Promover reflexões para os professores e leitores desta cartilha, sobre a importância do seu papel na construção da escola inclusiva;

➤ Apresentar algumas sugestões de atividades inclusivas que poderão servir de estímulo e ponto de partida para a criação e registros de novas atividades.

Com estas contribuições, esperamos que vocês conheçam mais sobre o processo de educação inclusiva ampliando seus conhecimentos de acessibilidade pedagógica na rotina escolar e que possam fortalecer os valores da diversidade na participação, promoção de oportunidades e qualidade na Educação Especial.

Desejamos que este material possa promover uma reflexão sobre o papel fundamental do professor na execução das atividades pedagógicas em salas de aula inclusivas e na formação dos alunos. Dessa forma, foi pensando na importância do mesmo e de que forma o seu fazer pedagógico pode ser decisivo para possibilitar mais oportunidades de aprendizagem para todos os alunos.

Por fim, organizamos esse material para estimulá-lo a desconstruir preconceitos, barreiras pedagógicas, acolher a diversidade como um elemento positivamente desafiador no processo de aprendizagem de professores e alunos. A você, educador, professor responsável pela formação de gerações, destina-se este material!

Importância da formação do professor na educação inclusiva

Falar de inclusão escolar de alunos especiais na rede regular de ensino é mais frequente do que parece. Investigações ainda relatam que os professores possuem dificuldade para lidar com estudantes com essa demanda, devido a falta de formação adequada para trabalhar metodologias diferenciadas.



Fonte: Pinterest

Grande parte dos professores, gestores e demais profissionais da escola reconhecem o direito desses alunos e confirmam conhecer a existência de leis sobre o assunto. Contudo, não é incomum também, encontrar argumentos que apontam para as dificuldades de implementação da educação inclusiva na prática da sala de aula. Muitos argumentos estão baseados em mitos e pressupostos que contrariam o conhecimento sobre o processo ensino - aprendizagem disponível na atualidade.

O professor é o profissional que também faz valer o direito da criança e do adolescente com necessidades especiais, para isso deve buscar caminhos que incluam esses sujeitos na vida escolar e no âmbito social. Desta forma, é importante ofertar a estes profissionais, formação adequada para que atue com mais segurança no mundo inclusivo, proporcionando assim, maiores possibilidades de mobilidade, de aprendizagem para os alunos com necessidades especiais.

Respeitar as diferenças está diretamente relacionado com a democratização do ensino, bem como, contribuir para a inclusão escolar redimensionando as práticas pedagógicas utilizadas pelos professores. Assim, uma educação inclusiva exige uma ação docente dinâmica e inovadora que vai requerer uma formação docente continuada para possibilitar o desenvolvimento do potencial desses profissionais a lidar melhor com as diferenças encontradas em sala de aula.

O que é Inclusão?

O Processo de inclusão caracteriza-se pelo movimento feito pela sociedade a fim de adaptar-se para receber em seus sistemas sociais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, capacitá-las para desempenhar papéis sociais na vida cotidiana. A inclusão surge no cenário educacional como uma nova perspectiva que envolve rever concepções a respeito da educação, do ensinar e do aprender.



Fonte: Portinari

A Educação inclusiva corresponde à Educação Especial dentro das instituições de ensino regular e transforma-a em um espaço para todos. Ela busca favorecer a diversidade na medida em que considera que todos os educandos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida escolar.

Entretanto, há necessidades que interferem de modo significativo no processo de ensino-aprendizagem e que exigem uma atitude educativa específica da escola como, por exemplo, a utilização de recursos e apoio especializados para possibilitar a aprendizagem de todos os educandos.

A Educação é um direito de todos e deve ser orientada no sentido do pleno desenvolvimento e do fortalecimento da personalidade do estudante. O respeito aos direitos e liberdades humanas, primeiro passo para a construção da cidadania, deve ser incentivado. Educação inclusiva, portanto, significa integrar todos os educandos em um mesmo contexto escolar. A opção por este tipo de Educação não significa negar as dificuldades dos estudantes, pelo contrário, na inclusão, as diferenças não são vistas como problemas, mas como diversidades.

Partindo deste contexto de diversificações oriundas da realidade social e espelhadas no universo escolar é que se oportuniza a convivência de todas as crianças e sua ampliação de mundo. Preservar a diversidade na escola e encontrada na realidade

social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando.

A educação inclusiva não é uma moda passageira. É um direito. Ela é o resultado de discussões, estudos teóricos e práticas que tiveram a participação e apoio de organizações, educadores, pesquisadores e já faz parte das políticas públicas no Brasil e no exterior.



Fonte: Pinterest

As pessoas especiais foram por muito tempo excluídas do convívio em sociedade em todo o mundo. No Brasil, as primeiras escolas que se preocuparam com esse tema, surgiram no século XIX para surdos e cegos, e para outras dificuldades, a partir da década de 1920. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 definiu a educação como um direito de todos e estabeleceu a "igualdade de condições de acesso e permanência na escola" como um dos princípios para o ensino.

Também garantiu, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, "preferencialmente na rede regular de ensino". Mas, apesar de já existirem casos de alunos especiais em escolas regulares desde muito antes, mostrou que a inclusão é possível, embora, nessa época, as iniciativas pela educação inclusiva ainda se apresentavam muito tímidas.

Foi apenas em 1994 que, finalmente, os ventos começaram a mudar com a Declaração de Salamanca da ONU/UNESCO, firmada à época pelo Brasil e mais de 80 países. O documento diz: "[...] reafirmamos o nosso compromisso para com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino."

Com o respaldo da Declaração de Salamanca e, a partir de 2009, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a luta de muitos profissionais e famílias pela inclusão escolar passou a se intensificar. Para se adequar às novas legislações, o MEC lançou, em 2008, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da educação inclusiva, criada para assegurar o acesso ao ensino regular a alunos com deficiência intelectual, física, auditiva ou visual, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades/ superdotação, desde a educação infantil até a educação superior.

Inclusão escolar

Inclusão escolar é acolher todos alunos, sem exclusão, independentemente de cor, classe social, condições físicas e psicológicas. Saber que todos os alunos são diferentes, e que suas experiências no cotidiano escolar e extraescolar proporcionam a construção de saberes e resultados pedagógicos significativos.

O papel da Inclusão escolar é contemplar e promover o ensino para a aprendizagem dos diferentes, cuja preocupação é desenvolver a capacidade física e psíquica da criança de forma que ela se sinta acolhida e tenha liberdade no aprender.



Fonte: Pinterest

A escola é a porta de entrada para a sociedade e não se pode permitir que uma comunidade negue a qualquer aluno o direito de aprender, lado a lado, com os companheiros de sua geração em escolas comuns. Este é um direito constitucional que, no caso de estudantes com deficiência, é reforçado pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2008), ratificada pelo Brasil com valor de norma constitucional, que diz:

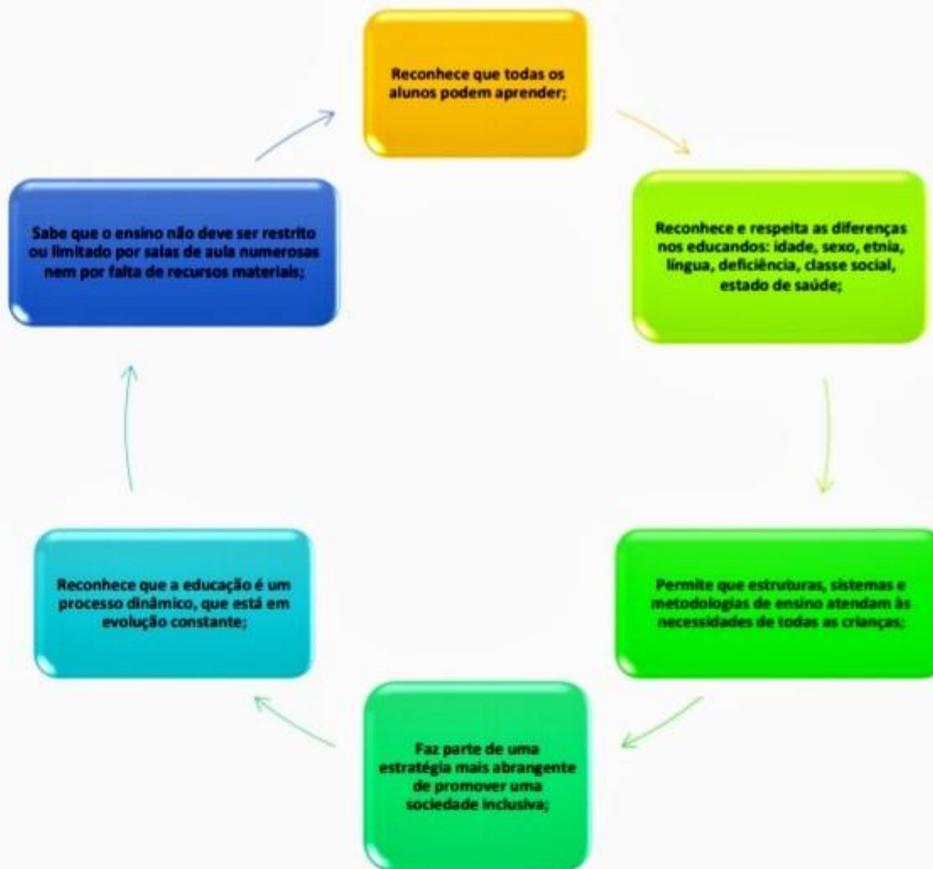
"Os Estados Partes assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida" (Art 24).

"Qualquer escola, pública ou particular, que negar matrícula a um aluno com deficiência comete crime punível com reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos". (Art. 8º da Lei nº 7.853/89).

Além disso, de acordo com pesquisas, tratados internacionais e experiências práticas, a educação inclusiva é a melhor resposta para o aluno especial e para os demais alunos. É uma educação que respeita as características de cada estudante, que oferece alternativas pedagógicas que atendem às necessidades educacionais de cada um: uma

alternativas pedagógicas que atendem às necessidades educacionais de cada um: uma escola que oferece tudo isso num ambiente inclusivo e acolhedor, onde todos podem conviver e aprender com as diferenças. É aquela que recebe educandos especiais ou não, e outras "diferenças", de braços abertos.

Uma escola inclusiva segue os seguintes princípios, entre outros:



O que são atividades inclusivas?

Atividades inclusivas são artifícios pedagógicos, que tem como objetivo promover oportunidades de aprendizagem para todos os alunos, gerando a inclusão dos mesmos. É preciso integrar valores humanísticos, como empatia e cuidado, no discurso educacional, necessários para promover a inclusão, o que requer atenção de todo o sistema e preparação adequada no nível da escola.



Fonte: Pinterest

Com as atividades inclusiva cria-se um ambiente educacional atencioso e bem-sucedido para todas as crianças, cumprindo assim as metas que inspiram o movimento de inclusão.

Do mesmo modo que nós, adultos, quando não estamos habituados a conviver com pessoas especiais, fazemos mil ideias e temos inúmeras dúvidas em relação ao cotidiano, possibilidades e impossibilidades, interesses e sonhos dessas pessoas, os educandos também têm curiosidade, fantasias e precisam checar na prática as informações que lhes são passadas.

Cabe a você, professor, criar condições para que haja interação de forma espontânea na sala de aula. A inclusão educacional traz novos conceitos que despertam novas emoções e sentimentos.

Seguem algumas sugestões de atividades para serem desenvolvidas em sala de aula.

DATA: ___ / ___ / 2020

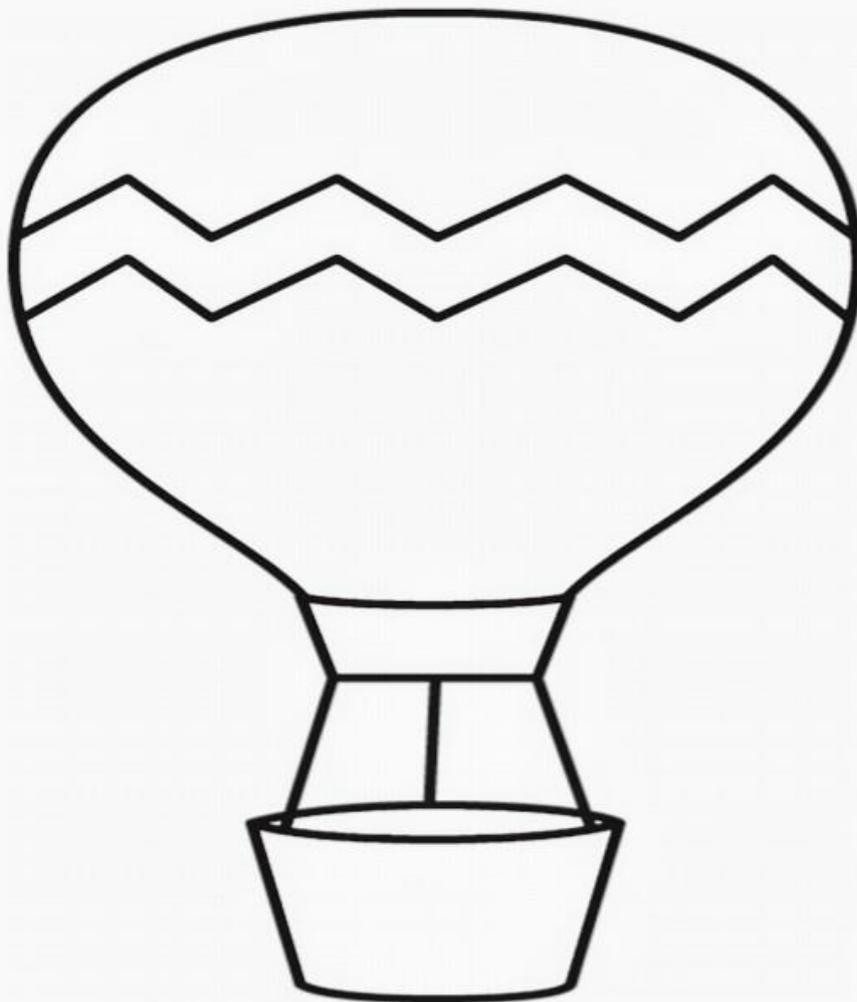
TURMA: _____

PROFESSOR: _____

NOME DO ALUNO: _____

Habilidade: Auxiliar no desenvolvimento de habilidades como a coordenação motora fina, concentração, criatividade, percepção visual e trabalho compartilhado aceitando as diferenças e escolhas.

Em dupla, cole bolinhas de papel crepom no balão abaixo:



Fonte: Jardim da fantasia

DATA: ___ / ___ / 2020

TURMA: _____

PROFESSOR: _____

NOME DO ALUNO: _____

Habilidade: Auxiliar no desenvolvimento de habilidades como a coordenação motora fina, concentração, criatividade e no trabalho compartilhado aceitando as ideias e as diferenças entre os alunos.

MASSINHA CASEIRA

Toda criança adora brincar de massinha de modelar. Agora imagina se elas mesmas pudessem fazer a massinha? Com certeza, a brincadeira será muito mais divertida.

Ingredientes:

- 2 copos de farinha de trigo;
- ¼ copo de sal;
- 1 copo de água;
- 1 colher de chá de óleo;
- Corante alimentício (opcional);

Modo de fazer:

Em uma tigela grande, misture todos os ingredientes secos. Em seguida, adicione a água aos poucos e amasse bem, adicione o óleo e misture novamente. Por fim, pingue algumas gotas do corante alimentício e amasse até a cor da massinha se tornar homogênea. Está pronta! Pode brincar e usar sua criatividade! Depois de usar a massinha, guarde-a em um saco plástico ou num vidro com tampa.

DATA: ___ / ___ / 2020

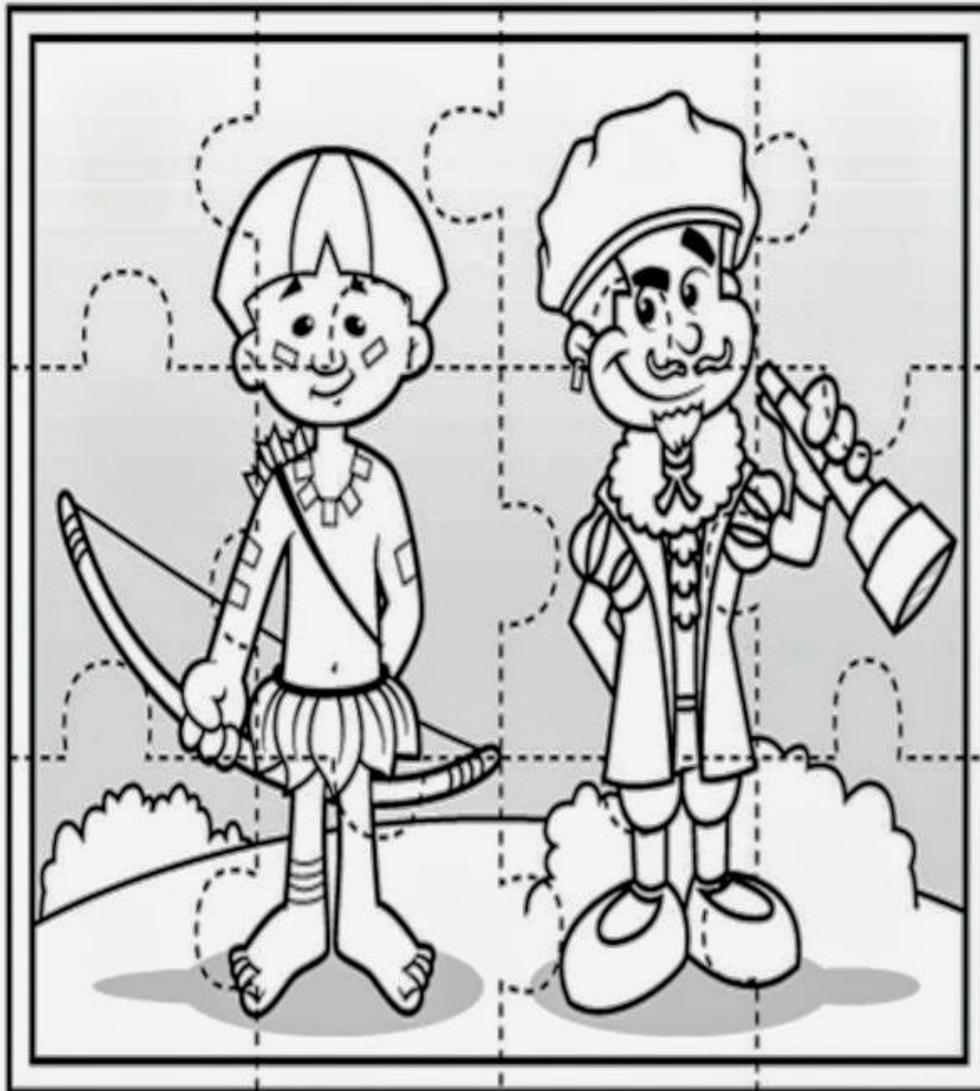
TURMA: _____

PROFESSOR: _____

NOME DO ALUNO: _____

Habilidade: Auxiliar no desenvolvimento de habilidades como a coordenação motora fina e conhecer conteúdos, como a ocupação do Brasil pelos portugueses.

Brasil: índios e portugueses! Confeção de quebra-cabeça, em dupla vocês devem pintar o desenho, colar em uma cartolina e recortar nas linhas tracejadas.



Fonte: smartkids.com.br

DATA: ___ / ___ / 2020

TURMA: _____

PROFESSOR: _____

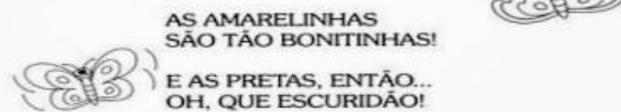
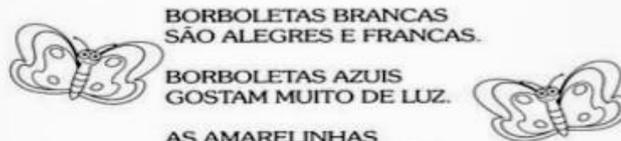
NOME DO ALUNO: _____

Habilidade: Auxiliar no desenvolvimento da leitura e interpretação e discutir sobre o assunto abordado no poema.

Os alunos, sentados em círculo, ouvirão a leitura do poema pela professora e, em seguida, irão responder as questões apresentadas, em dupla ou em trio.

AS BORBOLETAS

VINÍCIUS DE MORAIS



Fonte: Pinterest

1) SOBRE O QUE O POEMA FALA? _____

2) QUEM ESCREVEU O POEMA? _____

3) QUAIS SÃO AS CORES DAS BORBOLETAS DO POEMA?

4) DE QUE AS BORBOLETAS AZUIS GOSTAM? _____

5) COMO SÃO AS BORBOLETAS AMARELINHAS? _____

6) FAÇA UMA FRASE COM A PALAVRA BORBOLETA:

DATA: ___ / ___ /2020

TURMA: _____

PROFESSOR: _____

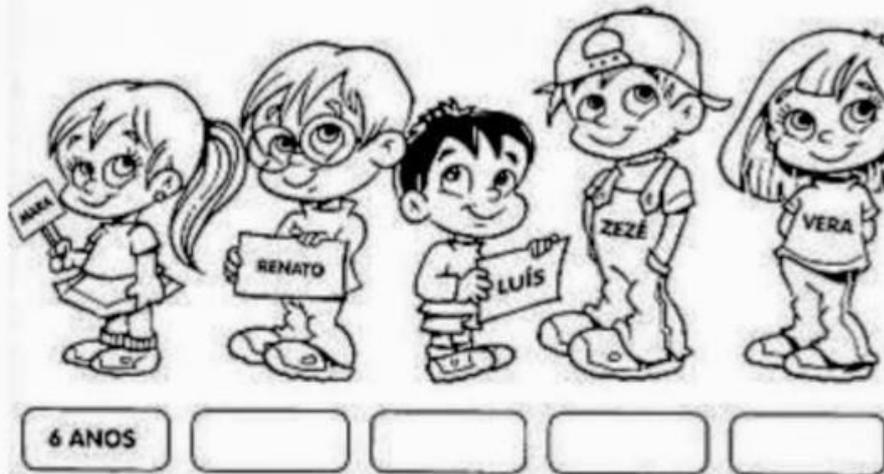
NOME DO ALUNO: _____

Habilidade: Desenvolver estratégias de representação de um problema não convencional, comparar diferentes soluções para uma mesma situação-problema e trabalhar em equipe.

Desafio Matemático

Em dupla, os alunos irão resolver os desafios.

Mara reuniu a turma para irem ao cinema. Siga as dicas e descubra a idade de cada um:



Fonte: Pinterest

- Vera é mais velha que sua irmã Mara dois anos. Ela tem _____ anos.
- Renato tem um ano a menos que Vera. Ele tem _____ anos.
- Zezé tem dois anos a mais que Renato. Zezé tem _____ anos.
- Luiz é o mais novo de todos. Ele tem a metade da idade de Vera. Ele tem _____ anos

DATA: ___ / ___ / 2020

TURMA: _____

PROFESSOR: _____

NOME DO ALUNO: _____

Habilidade: Conhecer o alfabeto de LIBRAS, utilizado pelos surdos/mudos.

Em dupla, colorir as mãos do alfabeto de libras abaixo.



Fonte: pinterest

DATA: ____ / ____ / 2020

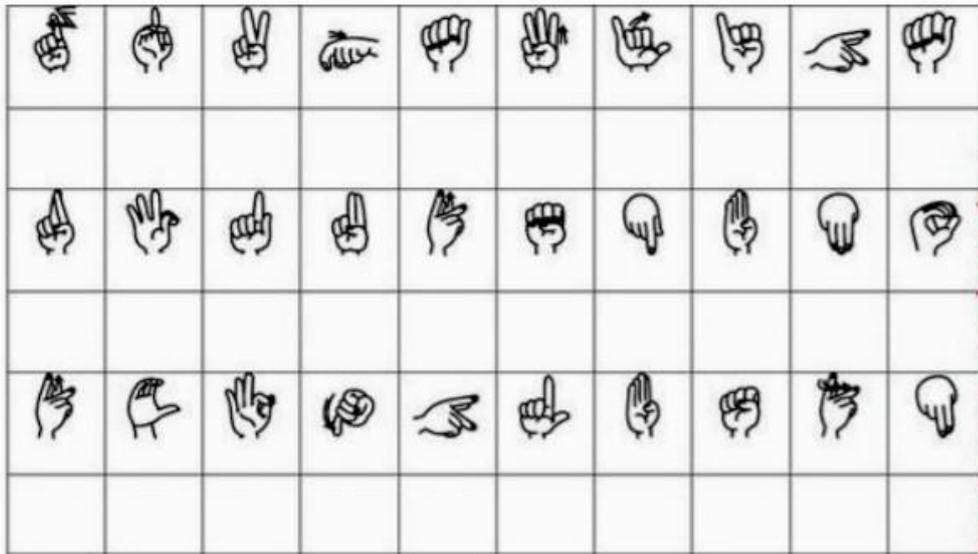
TURMA: _____

PROFESSOR: _____

NOME DO ALUNO: _____

Habilidade: Conhecer o alfabeto de LIBRAS utilizado pelos surdos/mudos.

1. Escreva qual a letra do alfabeto de libras, representa os sinais nas imagens abaixo:



Fonte: pinterest

2. Escreva a palavra abaixo representada em LIBRAS:





Fonte: pinterest